

FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL
MESTRADO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

LANA SOUZA BAUMGARTEN

TEORIAS DA AÇÃO POLÍTICA NO CIBERESPAÇO: WILHELM, SACO E CASTELLS

Porto Alegre
2017

POS-GRADUAÇÃO - STRICTO SENSU



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL – PUCRS
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – FAMECOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL – PPGCOM

LANA SOUZA BAUMGARTEN

**TEORIAS DA AÇÃO POLÍTICA NO CIBERESPAÇO:
WILHELM, SACO E CASTELLS**

Porto Alegre

2017

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS

**Teorias da ação política no ciberespaço:
Wilhelm, Saco e Castells**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Francisco R. Rüdiger

Porto Alegre

2017

LANA SOUZA BAUMGARTEN

Teorias da ação política no ciberespaço: Wilhelm, Saco e Castells

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em _____ de _____ de 2017

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco R. Rüdiger - PUCRS

Prof. Dr. Jacques Alkalai Wainberg - PUCRS

Prof. Dr. Agemir Bavaresco - PUCRS

Porto Alegre

2017

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço ao CNPq pelo incentivo através da bolsa integral de estudos da qual desfrutei durante os primeiros 24 meses do programa de Mestrado e sem a qual não teria sido possível a realização desta pós-graduação. Obrigada não só pela confiança no meu potencial enquanto aluna, mas também pela oportunidade de, em função dos deveres atribuídos aos bolsistas, trabalhar junto da Revista Famecos, publicação de nível A2 que expandiu minhas competências enquanto pesquisadora e acadêmica.

Ao professor orientador Dr. Francisco Rüdiger, não só pelos inúmeros esclarecimentos e debates cercando o tema e autores envolvidos no trabalho, mas também pela carga de apoio emocional e pela convicção nas minhas capacidades mesmo (e principalmente) quando a insegurança e o medo de falhar me causavam bloqueios criativos.

Aos meus pais, por não permitirem que eu desistisse mesmo nos momentos de maior fragilidade, por me acolherem sempre me tratando com amor incondicional e proporcionando todo tipo de auxílio, tanto afetivo quanto financeiro, para que eu pudesse concluir essa etapa.

Agradeço também à equipe de médicos responsável por auxiliar na minha recuperação, quando passei por um período de enfrentamentos pessoais e necessitei de acompanhamento para assegurar a conclusão do curso.

Finalmente, obrigada ao meu parceiro Nicholas, que acompanhou apenas o final dessa jornada, mas sem o qual jamais teria sido possível voltar a produzir, redescobrir a felicidade e o amor.

RESUMO

O presente trabalho apresenta a pesquisa realizada para compor a dissertação que encerra o curso de mestrado em comunicação social. Seu foco é na interpretação da teoria desenvolvida a respeito da ação política no ciberespaço no século XXI. Optou-se por encaminhar essa interpretação a partir da filosofia política de Hannah Arendt através de um aporte fenomenológico construindo sua base argumentativa em torno de seus conceitos de ação política e esfera pública. Partindo desses conceitos, se pretendeu elucidar e desconstruir o pensamento de três autores escolhidos para representar o pensamento contemporâneo, Wilhelm, Saco e Castells, e trazer apontamentos sobre o fenômeno da ação política na web e suas implicações políticas e sociais mas, principalmente, comunicacionais e midiáticas. A análise decorre comparando as preposições desses autores e evidenciando o que de cada um deles se encaixa no pensamento *arendtiano* para em seguida concluir o quão esclarecedores ou não eles são para o pensamento atual a respeito da política no ciberespaço.

Palavras-chave: Comunicação. Ação política. Ciberespaço. Teoria.

ABSTRACT

The present work presents a research carried out to compose a dissertation that ends the masters course in social communication. Its focus is on the interpretation of the developed theory regarding political action in cyberspace in the 21st century. It was decided to direct this interpretation from the political philosophy of Hannah Arendt through a phenomenological contribution building its argumentative base around its concepts of political action and public sphere. Based on the concepts, it was intended to elucidate and deconstruct the thinking of three authors chosen to represent contemporary thinking, Wilhelm, Saco and Castells, and to bring notes about the phenomenon of political action on the web and its political and social, but mainly communicational and media implications. A detailed analysis elapses comparing how authors' prepositions run and highlighting what of each of them fits in Arendtian thought to then preconclude how enlightening or not for current thinking about politics in cyberspace they might be.

Keywords: Communication. Political action. Cyberspace. Theory.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 HANNAH ARENDT E AÇÃO POLÍTICA	16
2.1 Ação e ação política	16
2.2 O domínio público e a ação político-moral	22
2.3 Crítica da modernidade e o modelo totalitário	27
2.4 Modernidade, tecnologia e política	35
3 AÇÃO POLÍTICA NO CIBERESPAÇO CONTEMPORÂNEO: 3 PERSPECTIVAS	38
3.1 Anthony Wilhelm e A Democracia Na Era Digital	39
3.1.1 As 4 características da política mediada por computador	40
3.1.2 Wilhelm e autores interlocutores	43
3.1.3 A questão da deliberação	45
3.1.4 Os Haves e have-nots	47
3.1.5 Conclusões e previsões	50
3.2 Diana Saco e a Democracia Cibernética	51
3.2.1 Corpo, espaço e tecnologia	52
3.2.2 Sociabilidade sem faces	54
3.2.3 Corpos no ciberespaço	56
3.2.4 Conclusões e previsões	59
3.3 Manuel Castells e os Movimentos Sociais em Rede	60
3.3.1 Redes de poder e contrapoder	61
3.3.2 Características comuns dos movimentos sociais em rede	63
3.3.3 Conclusões e previsões	68
4 ELEMENTOS PARA ANÁLISE	70
4.1 Wilhelm, Saco e Castells: semelhanças e diferenças	70
4.2 O ponto de vista crítico de cada autor	75
4.3 Presença de Hannah Arendt	78
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	85

1 INTRODUÇÃO

As tecnologias de informação e comunicação contemporâneas, em específico as mídias digitais, abriram novos caminhos para práticas humanas que vinham sendo desempenhadas sem a necessidade ou interferência de uma mediação desde o começo dos tempos. No caso da política, seu ritmo foi drasticamente alterado ao ser incorporada por meios de comunicação, tanto no aspecto clássico, no caso do intermédio entre governo e povo, modificando essas relações entre cidadãos e os eleitos para assumir o poder quanto no engajamento na esfera civil em assuntos públicos transformando também o que concerne as estratégias ligadas ao ativismo espontâneo. Nesse contexto, a comunicação digital passou a exercer um papel relevante ao facilitar a coleta, o acúmulo e a difusão de opiniões, além de, naturalmente, abrigar iniciativas que não necessariamente fazem parte do escopo de ações políticas institucionais. Isso permitiu que fosse ressaltado, dentre outras coisas, o papel da sociedade civil na qualidade de organizadora de atividades (pontuais ou sistemáticas) com o objetivo de atuar em parceria com (ou de forma crítica a) agentes e instituições públicos (Marques, 2011). Torna-se fundamental examinar de modo cuidadoso como se dão as novas disposições desses agentes políticos na web, evitando a noção de que sites e redes sociais reconfiguram seu comportamento automaticamente e de forma mecanizada. Marques sugere que "há algum tempo, desloca-se o eixo das discussões de um mero debate sobre as possibilidades abertas pela tecnologia em direção a uma reflexão calçada na Teoria Política" (Marques, 2014, p.17) afirmativa essa que vai de encontro com a proposta desse trabalho.

O que se pretende desenvolver nessa dissertação, portanto, é uma problematização crítica da pesquisa contemporânea acerca da ação política mediada por computadores. No caso desse estudo o ponto de referência é o conceito de ação política *arendtiano*. Muito resumidamente, detalhar-se-á no primeiro capítulo, significa agir e falar em público sobre assuntos humanos. O raciocínio a ser desenvolvido a seguir diz respeito a manifestações políticas na Internet, de cunho espontâneo, por parte de cidadãos, em forma de discurso político, ciberativismo e movimentos sociais virtuais - conforme pensadas por alguns de seus intérpretes. O interesse da pesquisa está na maneira como o fenômeno social e comunicacional da manifestação política mediada por computador e as implicações dessa no ciberespaço, na esfera pública, na mídia e na sociedade tem sido refletidas pelo pensamento contemporâneo. Apresentamos a filosofia de Hannah Arendt, para guiar o relato sobre e

podemos comentar os estudos de alguns autores que julgamos porta-vozes do nosso tempo sobre política no ciberespaço. Significa que iremos expor essas ideias para analisar os conceitos dos autores estudados. Em suma, a teoria política escolhida, como propõe Marques, é a filosofia de Arendt e o objeto de análise são as obras desenvolvidas por autores que tiveram a oportunidade de viver a era digital, em parte, e aplicar o as preposições da autora em seus estudos.

Sendo assim, o principal objetivo desse trabalho é evidenciar a visão acerca da ação política dos intérpretes selecionados no contexto das tecnologias da comunicação levando em conta as ideias de Hannah Arendt. Além disso, esse trabalho se propõe a apresentar a filosofia política *arendtiana* e seu conceito de ação política de modo claro, estabelecendo pontos de contato entre seu pensamento, as novas mídias e a comunicação. Expor as reflexões sobre política, democracia e ciberespaço de Diana Saco, Manuel Castells e Anthony Wilhelm, relacionando seus raciocínios e identificando suas divergências e semelhanças e, por fim, concluir sobre o fenômeno da ação política mediada por mídias digitais, bem como seus avanços, bloqueios e eventuais retrocessos.

Compreende-se que esse trabalho seja relevante para a área de estudo em função tanto de seu tema quanto de sua abordagem. O tema desse trabalho é a reflexão sobre a ação política mediada por computador enquanto fenômeno multifacetado que já se mostrou tanto uma poderosa ferramenta de democratização e mobilização quanto um dispositivo de compartilhamento de repercussão limitada. Optou-se por fazer um estudo estritamente teórico, dedicando toda a pesquisa à ponderação dessas manifestações de cunho político na internet. Destaca-se desde esse primeiro momento, que mesmo tratando-se de uma proposta que se atém à filosofia clássica e cujas primeiras palavras do tema sejam “ação política”, esse estudo tem preocupação com o fenômeno midiático tanto quanto político. Mas não há objeto tangível. O objeto aqui é a teoria mesma, exemplificada através de três casos. As teorias que nos servem de objeto de estudo se originam de um seleto de pensadores escolhido em função de sua contribuição para os estudos de política e democracia na internet. Esses autores, cada um selecionado por motivos distintos que serão esclarecidos a seguir, são Diana Saco, Anthony Wilhelm e Manuel Castells. Esses três autores e suas análises de ativismos online, ciberdemocracia e movimentos sociais mobilizados virtualmente, serão analisados de forma descritiva.

Com o advento tecnológico e a popularização da internet comercial que a sociedade passou a participar do debate que já acontecia há anos na academia a respeito dos limites do

online e do off-line, do real e do virtual e de como as práticas humanas de uma maneira ou de outra acabavam reproduzidas, reinventadas, redefinidas ou reestruturadas para caberem no ciberespaço. Logo, todas as atividades humanas tornaram-se possivelmente “virtualizáveis”, processo esse que começa na modernidade e que fez com que algumas delas, de fato, tenham sido praticamente extintas do cotidiano e sejam realizadas quase sempre mediadas por tecnologias de informação e comunicação.¹ Aquelas atividades que não estão desaparecendo (por enquanto?) porque são elementos intrínsecos da sociedade e do ser humano, como a ação política, sofreram severos abalos e ainda estão se adaptando ao ciberespaço. Há quem diga que quase 30 anos é período de adaptação o bastante, outros afirmam que é só o começo, o motivo principal dessa pesquisa é debater essas hipóteses e desvelar algum tipo de expectativa quanto ao que está por vir. Em outras palavras, discutir onde e se há possibilidade de avanço, ou se a solução está na vagarosa dissolução da prática conforme sugerem Wilhelm e até Rüdiger.

Esse estudo trata de teoria da “ação política mediada por computador”. É importante sublinhar esse aspecto, porque não se pretende desenvolver capítulos ou dedicar porções do trabalho para discutir ferramentas e detalhes de engenharia de rede. O que norteou a escolha temática foi a vontade de pesquisar teorias da ação política e a afinidade com estudos de cibercultura. Portanto, o discurso desse trabalho é mais filosófico em vez de técnico, o que não o afasta de analisar rendimento de software e design de rede em função do papel crucial que desempenham no estímulo ou no abate da agência política. Mais que isso, também se reconhece que o meio infere sobre as atividades humanas em “escala, ritmo e padrão” (McLuhan) e que fomenta alterações na percepção e expressão do ser humano com efeitos multidimensionais. Sendo assim, embora a mídia não assuma protagonismo, ela é componente rudimentar dos fenômenos que serão narrados e discutidos ao longo do trabalho.

Como nenhuma jornada exploratória começa sem guia, foram tomadas decisões a respeito dos caminhos através dos quais esse fenômeno seria observado, isto é, definiu-se ação política *arendtiana* como seu conceito central, a visão de mundo do trabalho; definiu-se Diana Saco, Manuel Castells e Anthony Wilhelm como porta-vozes do pensamento contemporâneo; e, finalmente, optou-se por utilizar as teorias enquanto objetos de estudo e produzir um ensaio crítico, problemático, e qualitativo quanto ao tema. Escolhas essas que serão justificadas a seguir, mas que podem ser simplificadas no empenho da busca do conhecimento.

¹ Por exemplo: mandar cartas, usar telefones públicos, revelar fotografias, etc.

A narrativa e o discurso de Arendt em suas obras foram o que trouxeram consistência para autora dentre os outros pensadores sondados para embasar o argumento filosófico do trabalho. Hannah Arendt destacou-se em função de ter produção a relevante, densa e aprofundada que discute política sempre em relação a sociedade e às outras atividades e relações humanas e motivada por algumas contradições que saltaram em seu discurso que pretende-se esclarecer. A motivação basilar, no entanto, foi a definição da autora de ação política e como aprofundar e adquirir informação a respeito da agência política ia ser uma jornada acadêmica de produção de conhecimento, mas também uma caminhada pessoal de autocrítica na medida que o princípio *arendtiano* é sempre desafiado pelos autores estudados.

Ação política é um termo amplo que dá margem a centenas de interpretações, portanto é fundamental ter uma definição clara do conceito com o qual se pretende trabalhar. Arendt define ação política como não só discursar em público para um ou mais ouvintes, mas como o ato de encontrar as palavras certas na hora certa. (Arendt, 2015) Segundo ela, quase toda ação política acontece no âmbito da palavra, porém o que intriga não é esse conceito frio e bastante simplificado, e sim de onde ele vem, o que ele representa e o que podemos esperar dele no futuro. Nas palavras de Judith Butler: “Ser um ator político é uma função, um aspecto de agir em termos de igualdade com outros seres humanos - essa importante formulação *arendtiana* permanece relevante às lutas democráticas contemporâneas”². (Butler, 2015, p. 52)

Depois de identificar diversos autores contemporâneos (considera-se contemporâneas publicações de depois do ano 2000 que já tratem de internet comercial como realidade vivida), algo como 40 ou 50 que tivessem produções relevantes dentro do tema proposto, e investigou-se sua bibliografia e o posicionamento dos autores, para então definir os três finalistas: Diana Saco, Anthony Wilhelm e Manuel Castells. Saco foi eleita, visto que tem relação direta com o pensamento *arendtiano*, inclusive dedica uma porção específica de sua obra só para debater A Condição Humana em relação à ciberdemocracia e por causa de seu ponto de vista considerado centro (nem otimista, nem pessimista), cuja ótica embora crítica interpreta a web como tendo impactos positivos na política. Castells, que desenvolve um exercício de reflexão a partir de estudos de caso, foi escolhido por sua relevância histórica e por ser utopista. E Wilhelm, porque critica Hannah Arendt através de Habermas e sua posição é pessimista. Portanto, esses três pontos de vista oferecem a maior amplitude exploratória

² “To be a political actor is a function, a feature of acting on terms of equality with other humans - this important Arendtian formulation remains relevant to contemporary democratic struggles.” (tradução livre)

possível para avaliar o pensamento contemporâneo sobre ciberdemocracia evitando ingenuidade e propondo desafios.

A predileção pelo objeto enquanto teoria, ou seja, de desenvolver um estudo metodológico, sem etapa aplicada ou estudo de caso, surgiu não só pela afeição pela composição do texto teórico, mas por causa do contato com as próprias obras. Cada uma dessas obras apresenta, a sua maneira, todo tipo de pesquisa empírica que esse trabalho seria capaz de desenvolver, porém em muito maior escala e com notas interpretativas. Wilhelm trabalha com análise de conteúdo de fóruns, Castells com estudos de caso de movimentos sociais, Saco com análises filosóficas aplicadas e exemplos práticos. Sendo assim, entende-se que através do método escolhido para estudar esses autores que será esclarecido a seguir, será possível adquirir material o bastante para fundamentar esse trabalho. Em função da diversidade metodológica e ideológica dos autores, teremos contato com múltiplos panoramas e o desafio de lidar com ideias divergentes.

Prestar-se a desenvolver um trabalho de análise puramente teórica sem etapa de campo, objeto tangível ou estudo de caso deve-se não só às razões expostas acima, mas também a escolha do próprio tema, suas delimitações e em função de que ela se deu. Ao considerarmos ciberdemocracia, ciberpolítica, movimentos sociais online, ação política mediada por computador, ou seja qual for a terminologia que defina os por menores do fenômeno de difundir o discurso político cidadão espontâneo através da rede, observa-se que a maioria dos estudos realizados nessa área apresentam exatamente esses elementos dos quais este trabalho procurou se afastar. Dessa forma, revelando um caminho menos explorado, mas que permite mais dedicação a uma fundamentação teórica espessa e à problematização do pensamento dos autores em forma de debates críticos. O próprio pensamento é uma experiência que conduz o raciocínio, centralizando os fatos, embora nem sempre os resolva. O importante aqui é a busca por resolvê-los mesmo que não se encontre uma resposta final coesa. Parte do fato da existência da internet e da experiência do usuário para compreendê-la a partir da interpretação do outro e assim reinterpretá-la para atender aos seus questionamentos.

Sendo assim, é notável a intenção de tornar essa produção não só um trabalho de conclusão de curso de mestrado, mas também uma fonte de pesquisa para estudantes da área a respeito do pensamento contemporâneo no que compete ação política através das novas mídias. Logo, busca-se difundir conhecimento e levantar questionamentos acerca de temas

que, na opinião da pesquisadora, caíram no esquecimento em função do deslumbre com a tecnologia e/ou a angústia com o cenário político atual.

Conforme explicado anteriormente, todos os afluentes dessa justificativa encontram-se em uma mesma nascente. A escolha e delimitação do tema e como trabalhá-lo da maneira mais aprofundada, erudita e questionadora possível foi o ponto de partida de todas as outras medidas. Castells afirma que os movimentos sociais em rede mediados por internet configuram uma "nova espécie" de movimento social. (Castells, 2013) Ele completa:

[...] a difusão e o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) favorecem a democratização, fortalecem a democracia e aumentam tanto o envolvimento cívico quanto a autonomia da sociedade civil, abrindo caminho para a democratização do Estado e também para os desafios à ditadura. (Castells, 2012, p.86)

Desde meados dos anos 90 já se encontrava movimentos políticos relevantes no ciberespaço, especialmente representados pelos zapatistas do México. A partir de então, a humanidade viveu pelas primeiras vezes revoluções políticas reais organizadas e difundidas através de TICs. O potencial democratizador, referenciado por Castells, embora questionável (conforme será abordado no capítulo 4), foi explorado em diversas dimensões a partir da popularização de redes sociais e da banda larga acessível. A partir do final de 2008, Tunísia, Islândia, Egito, Brasil, Ucrânia, Grécia, Argentina, Estados Unidos, Chile, Irã, Israel, Síria, Turquia, Croácia, Líbia, Nigéria, Espanha e outros países tiveram manifestações políticas expressivas mediadas pela rede mundial de computadores, que levaram milhares às ruas. Algumas, inclusive, levaram a ocupações de espaços públicos para debates e deliberações *qua* clássica ação política ateniense a qual Arendt é tão afeita. Embora nem todos os desfechos tenham sido bem sucedidos, esse conjunto de eventos e o fenômeno que eles representam (i.e. a ação política mediada por computador) foram os pioneiros de uma prática na humanidade. Independente do juízo de valor que lhe seja atribuído, representa um marco histórico e sua relevância é indiscutível.

No entanto, o investigador tem a responsabilidade de questionar e, assim que se começa a examinar o ciberespaço, é fácil desfazer-se da imagem utópica de que ele é uma "plataforma das pessoas"³. Logo, trabalhar ação política mediada por computador a partir da filosofia de Arendt com três autores interlocutores (entre eles dois críticos), um idealista, um pessimista e uma centro em uma exploração teórica, crítica e questionadora, pode oferecer

³ Termo elaborado por Astra Taylor em "The people's platform" do qual a autora se utiliza ironicamente pois, em sua tese, ela evidencia o quanto a internet não é tão aberta e pública quanto se concebe.

algumas hipóteses para as perguntas levantadas ao longo do trabalho. Taylor afirma: “não estou tentando negar a natureza transformativa da Internet, mas reconhecer que nós vivemos com ela tempo o bastante para fazer perguntas difíceis.” (Taylor, 2015, p.8) São essas perguntas difíceis, esses levantamentos feitos pelos autores durante seus argumentos, que causam reflexão, eles são o foco do estudo e eles justificam todas as escolhas.

A arquitetura teórica desse trabalho se dá em quatro partes distintas (interseccionadas através dos conceitos recuperados) em função dos quatro autores trabalhados ao longo do desenvolvimento do estudo. Primeiramente, debruça-se sobre a autora de quem se extrai os conceitos elementares do trabalho, Hannah Arendt, para uma retomada das concepções de ação, ação política, esfera pública e crítica da modernidade, bem como suas características, condições para seu aparecimento na sociedade e o referencial histórico e filosófico que embasa seu raciocínio. A partir desse ponto, o trabalho progride para exposição e análise das teorias dos três autores interlocutores escolhidos como porta-vozes contemporâneos dos estudos de ação política na web.

Na intenção de avaliar do mais antigo ao mais contemporâneo, volta-se, logo após, o olhar para Anthony Wilhelm, cuja obra foi publicada pela primeira vez em 2000, na qual os temas explorados vão aproximar-se mais do cenário contemporâneo ao redor dos quais circulam os argumentos do capítulo terceiro. Embora pré-redes sociais, o autor já oferece uma abordagem bastante crítica tanto quando trata-se dos usuários quanto do design de rede e da plataforma, reprovando ostensivamente algumas práticas e apontando, já naquela época, inconsistências na ação política mediada por ferramentas digitais e no potencial deliberativo da mesma.

O terceiro passo é passar a atenção a Diana Saco, que publicou sua obra em 2002, analisando basicamente as mesmas mídias que Wilhelm. De acordo com o fio condutor do pensamento da autora, a obra questiona o pensamento *arendtiano* no que diz respeito ao corpo (incorporar fisicamente) e ao espaço (qual é o espaço do ciberespaço?) da prática política mediada por computador, bem como avaliar sua validade a partir dessas premissas e compreendê-la como fenômeno inédito na história da humanidade.

Finalmente, a quarta etapa se atém no estudo aprofundado da obra mais recente de Manuel Castells, que, evidentemente, exige conhecimento da obra completa do autor em função de conter diretas referências ao seu pensamento do que tange sociedade em rede e *communication power*. Publicada em 2013, nela Castells analisa diversos casos de grandes eventos políticos incitados pela rede e, através desses estudos de caso, faz observações e

críticas sobre a prática, embora apresente uma compreensão bastante utópica e pouco questionadora destes.

Essencialmente, esse trabalho se configura como uma pesquisa documental na literatura contemporânea especializada em ação política e movimentos sociais no ciberespaço bem como na literatura clássica de onde se extraiu o conceito central, além de obras de apoio que tratam dos mesmos temas e que oferecem diferentes olhares e perspectivas que conversam com os argumentos centrais dos autores destacados no trabalho. Em outras palavras, o método de pesquisa nesse caso é a leitura aprofundada da literatura proposta, visando compreender cada conceito, realizando fichamentos periódicos do material e organizando as fichas em eixos temáticos dentro da própria obra. Esse mecanismo de separar a teoria em camadas foi elaborado ao longo do desenvolvimento da pesquisa em parceria com o orientador. Esses eixos representam os aspectos comuns principais que despontam em todas as obras e conduzem o pensamento dos autores.

É imprescindível destacar que, embora atípico na área de comunicação, esse trabalho não se aventura a ser uma dissertação filosófica. Possui um aporte interdisciplinar, um objeto teórico e se fundamenta em uma filosofia política.

2 HANNAH ARENDT E AÇÃO POLÍTICA

2.1 Ação e ação política

A filosofia política *arendtiana* é acentuadamente inclinada à valorização do indivíduo, de seu juízo e de suas ações. É da natureza do Ser aparecer, se desvelar. Essa afirmativa marca o pensamento filosófico *heideggeriano*, pensador que embora Arendt critique e debata com ao longo de sua obra, representa um ponto de referência a partir do qual pode-se entender seus conceitos de ação. Agir, em seu sentido mais real, significa tomar iniciativa, iniciar (como indica a palavra grega *archein*, “começar”, “conduzir” ou “governar”), imprimir movimento a alguma coisa, que é o significado original do termo latino *agere*. A ação (*práxis*) e o discurso (*léxis*) são modos pelos quais os seres humanos aparecem uns para os outros, destaca a autora, não como objetos físicos ou representações, mas homens *qua* homens (Arendt, 2015). Ela inclusive ressalta a intimidade da ação e do discurso ao revelar sua ligação direta com o ato primordial especificamente humano através da analogia do recém-chegado. Segundo ela, um ato primeiro deve responder “quem alguém é”, ou seja, determinado ser humano é representado por suas primeiras palavras e feitos, *quem* alguém é está implícito em suas ações e discursos. A autora afirma que no pilar da política está o “impulso apaixonado de exibir-se e medir-se com os outros” que foi prevalecte nas cidades-Estados. Esse exibicionismo não pejorativo, no caso exibir enquanto sinônimo de mostrar e aparecer, é evidência de como a ação e o discurso apresentam direta conexão com a vida política até na ação primordial, a de revelar quem alguém é. Logo, ação a discurso estão não só evidentemente ligados à nossa condição humana de pluralidade, a de que vivemos agrupados e que através do ato e da palavra revelamo-nos aos nossos semelhantes, mas que o coletivo é parte fundamental e indispensável do desvelar-se (ou do agir, ou do falar). A pluralidade é condição fundamental da humanidade porque repousa no fato da natalidade, graças à qual o mundo é constantemente invadido por estrangeiros e recém chegados cujas ações e razões não podem ser previstas. O pensamento político e a própria filosofia, para Arendt, tem como categoria central a natalidade. Isso se deve a sua premissa de que é através da ação que o homem interrompe a rotina do mundo e tem a oportunidade de criar o novo, logo cada nascimento por si só carrega consigo a possibilidade de novidade que irrompe no mundo. “Agir é a resposta do homem à sua condição de natalidade. Na ação retoma-se por sua própria conta e, por assim dizer, faz-se frutificar o acontecimento único e insubstituível de sua

própria vinda ao mundo” (Vetö, 1989, p.78). Essa profunda ligação ontológica se reflete enquanto dimensão mais propriamente humana do agir, que concilia a manifestação repentina dos indivíduos com a recepção ou reação de outrem. A autora demarca:

Sua realidade depende inteiramente da pluralidade humana, da presença constante de outros que possam ver e ouvir e, portanto, atestar sua existência. Agir e falar são ainda manifestações externas da vida humana, e esta só conhece uma atividade que, embora relacionada com o mundo exterior de muitas maneiras, não se manifesta nele, nem precisa ser ouvida, vista, usada ou consumida para ser real: a atividade de pensar. (Arendt, 2015, p.116)

No decorrer da obra, no entanto, Arendt critica a atividade de pensar colocando-a como secundária na escala de atividades humanas, inclusive quando se tratava de vida política. A autora criticava ambos os filósofos que compõe o alicerce de seu pensamento político, Platão e Aristóteles, afirmando em diversas passagens que ação era mais importante que o pensamento ou que a contemplação, mas principalmente superior ao raciocínio lógico. Para a autora a preocupação principal do homem livre devia ser com a ação, já que a função original das ideias não era de governar ou modificar o caos dos assuntos humanos mas, projetar-lhe uma "*luz esclarecedora*" que iluminasse suas trevas (Arendt, 1972). A autora sugere, por exemplo, que o pensamento é elemento secundário para ação política, mas encontrar as palavras certas no momento certo na hora de discursar, independente da mensagem que fosse comunicada, podia ser interpretado como agir. Como já antes referido, porém, o juízo compõe (junto do indivíduo e da ação) o tripé que embasa todo pensamento político da autora, logo o pensamento e a contemplação, embora não protagonistas do espaço político, são as práticas que desenvolvem a capacidade de julgar. A faculdade de julgar, segundo Vetö, intérprete da autora, é o poder ativo e eficaz de um puro pensamento que respeita sua própria integridade, bem como a do mundo; não se limita ao conhecimento e à razão, mas sim a competência de distinguir o que é justo do que é injusto. O juízo complementa a atividade político-moral, pois através dele manifestam-se nossas noções subjetivas de justiça, mas também por ser uma faculdade humana que depende da já referida condição da pluralidade. Julgar, por natureza, pressupõe a presença de outros, não porque necessita aparecer para alguém como a ação, mas sim em virtude de ter sua origem no gosto e de aspirar validação através do consentimento alheio. O elemento crucial do juízo é a busca por aprovação (Vetö, 1989).

A ação é o constituinte fundamental do domínio político. Para Arendt, o termo *ação política* é quase redundante, porque segundo ela a ação é não só a origem do domínio público

como também a única resposta para os questionamentos que ela mesma levanta. Isto é: o domínio público é o resultado de ações e discursos e só será organizado através de ações e discursos porque são as únicas coisas que nele há. Nas palavras da autora:

“Segundo essa autointerpretação, o domínio político resulta diretamente da ação em conjunto, do “compartilhamento de palavras e atos”. A ação, portanto, não apenas mantém a mais íntima relação com a parte pública do mundo comum a todos nós, mas é a única atividade que o constitui.” (Arendt, 2015, p.245)

Logo, ação política só se distancia do pleonismo em função de existirem outros tipos de atividade e outras maneiras de agir, porém na política e no domínio dos assuntos humanos é inescapável tratar de ação. A ação não é uma manifestação humana qualquer, o que significa que ela tem condições de acontecimento e características que a diferem de outras atividades humanas. Primeiramente a ação ocorre entre os homens enquanto a estes for conservado o direito de reconhecer a ação e o agente, sendo assim precisa-se de um agente e ao menos uma testemunha para ver e ouvi-lo. Esse ator, realizador de feitos, só é possível se for ao mesmo tempo pronunciador de palavras. Mesmo que a ação possa ser fisicamente testemunhada pela visão, a palavra falada é que valida o ato e o ator: “a ação que ele inicia é humanamente revelada pela palavra.” (Arendt, 2015, p.221) A ação também pode acontecer apenas no campo do discurso, o que torna esse último requisito ainda mais condicional para a realização do ato. Além disso, a ação ainda possui três características astutas: irreversibilidade, imprevisibilidade e ilimitabilidade. A ação e o discurso são irreversíveis em função da lógica de funcionamento do tempo, não se pode desfazer algo feito no passado, assim como não se pode reviver o que foi vivido minutos atrás; são imprevisíveis porque podem gerar respostas e reações diferentes em indivíduos diferentes que podem variar em uma imensidão de maneiras de acordo com o ponto de vista e capacidade interpretativa de cada um; são ilimitados porque “não tem fim” (Arendt, 2015, p.289), ou seja, porque mesmo que o agente termine com sua porção da ação ou acabe seu discurso, todas as respostas que ele gera, todo o impacto, qualquer possível debate, nasce através da ação e se dissemina como outras ações e outros discursos, mas nunca termina, apenas se transforma. Essa noção pode ser reforçada ao compararmos ação e fabricação, como propõe a filósofa reforçada por Vetö: A fabricação é o produto do trabalho laboral, traz consigo uma objetividade ou “objetidade”, cuja característica máxima é transformar esses frutos em objetos consumíveis. No caso da ação, as precariedades descritas acima provém de sua condição essencial de ser inobjetivável. A fabricação existe apenas através de um produto que dela se separa, em contrapartida a ação não se destaca dela

mesma para ascender pois seu resultado não é algo exterior, mas sim a própria ação. “O sentido da ação se encontra *na* ação, ou melhor, o sentido da ação é a própria ação. Assim, no domínio político-moral, cada meio, isto é, cada ação, é *eo ipso* um fim” (Vetö, 1989, p. 77). O que se destaca na ação é sua forma e não sua matéria, seu eventual objetivo ou resultado está diretamente ligado a sua forma, que depende do momento de sua realização. Contrária ao comportamento, a ação sempre aparece como interrupção de uma rotina, como inovação ou manifestação do novo. A ação surge a partir do nada, isto é, parte da iniciativa de um ou mais indivíduos espontaneamente e subverte os dados do mundo. Sua imprevisibilidade não se manifesta somente perante os outros, mas também para si mesmo; a ação pretende ser triunfante, mas seu surgimento se depara com o agir igualmente imprevisível dos outros. Esse caráter imprevisível se deve à liberdade manifesta em meio a pluralidade de outras liberdades, que demarca o porquê da opinião, do gosto e do pensamento discursivo prevalecer sobre o raciocínio lógico na esfera dos feitos políticos.

A principal característica do *bios* humano de acordo com Arendt, e em concordância com o pensamento clássico aristotélico, é a possibilidade de essa vida ser narrada como uma história [*story*] ou biografia. Isto é, a sucessão de eventos que se dão na vida de um sujeito constrói uma narrativa compreensível, por mais acidentais que esses possam parecer. Sendo assim, a ação e o discurso são atividades que sempre resultam em uma “história suficientemente coerente para ser narrada” (Arendt, 2015, p.120), embora suas decorrências sejam, por essência, fortuitas. Em função de seu caráter imprevisível, já antes referido, não é mensurável de forma objetiva qual ato ou qual porção do discurso desencadeou determinada reação ou evento. Arendt destaca em múltiplos momentos do texto como as respostas e interpretações às ações variam, não só em função da própria natureza da ação e do discurso, mas pela própria condição humana da pluralidade que parte do princípio que cada indivíduo é diferente do outro e discerne informações de maneira distinta, “todos veem e ouvem de ângulos diferentes” (Arendt, 2015, p.70). Essa preposição pode ser exemplificada a partir da percepção da filósofa a respeito da questão da verdade. Ela destaca a fragilidade dos fatos, pois o fato humano sempre é o resultado de um agir que poderia ter optado por outro curso de desenvolvimento e que, justamente por não ser envolto em uma necessidade racional, pode ser vítima de qualquer espécie de deformação deliberada. A verdade é apenas uma versão do real, o que a torna vulnerável às vantagens que a mentira oferece sobre ela. A mentira, afirma Vetö, diz respeito a fatos que exprimem um único dos possíveis desenvolvimentos do curso das coisas. Essas coisas poderiam ter acontecido de forma diferente, de acordo com a narrativa do

mentiroso, desde que ela não entre em conflito com o possível, porque sua percepção de uma ocorrência e como ela vai ser contada posteriormente não são influenciadas apenas pelos fatos, mas também por seus contextos subjetivos e suas intenções ao narrá-la. Portanto, a narrativa que nasce a partir de um conseqüente de ações tem protagonista, o agente, e inúmeros possíveis narradores, cada um com um ponto de vista diferenciado a partir do qual observa ações e discursos, porém não há roteiro comum. Essa história não é pré concebida e não tem a participação do agente na reificação da mesma, seu papel é limitado enquanto ator e professor de palavras. A filósofa explica:

“Ninguém é autor ou produtor da sua própria estória de vida. Em outras palavras, as estórias, resultados da ação e do discurso, revelam um agente, mas esse agente não é autor nem produtor. Alguém as iniciou e delas é o sujeito, na dupla acepção da palavra, seu ator e seu padecente, mas ninguém é seu autor.” (Arendt, 2015, p.228)

De forma alguma, isso diminui o agente enquanto participante, ele só deve ser compreendido, conforme apontado pela autora, como sujeito na dupla acepção da palavra, ou seja, o sujeito a quem acontece algo e o sujeito que faz escolhas, o sujeito passivo e o sujeito ativo. Ambos se encontram no mesmo indivíduo, mas serão revelados em momentos diferentes. Esse cenário pode ser exemplificado de maneira prática tomando como cenário um debate político na rede. Um sujeito que publica mensagens em apoio à determinada figura política o faz de livre arbítrio e baseado em suas crenças e escolhas, mas as respostas que tal publicação pode gerar em outros indivíduos são aleatórias. A postagem pode motivar debates sadios entre os que apoiam e os que não apoiam tal figura ou virar combustível para conflito. Independente da resposta recebida, o agente realizador da publicação original só é ativo no momento de feição da postagem, depois de publicada ele fica passível ao *feedback* alheio, seja qual for o rumo que ele tomar.

O agente, no entanto, ainda tem muito poder. Ação e poder, de fato, compartilham algumas semelhanças, ilimitabilidade sendo a principal delas. O único limite que Arendt aponta para o poder é um nada contingente, a existência de outras pessoas; já que o poder humano, assim como a ação, configura a condição humana da pluralidade. O menor dos atos nas circunstâncias mais inoportunas traz em si a mesma ilimitabilidade, pois às vezes um ato ou uma palavra podem mudar a opinião de todo um grupo (Arendt, 2015). Como a autora não exemplifica qualquer evento histórico que possa representar esse raciocínio, selecionou-se alguns eventos com exemplos de pequenos atos cujo impacto social e político foram relevantes para uma comunidade: Rosa Parks é um exemplo óbvio de um pequeno ato que

ganhou grande significado dentro de uma comunidade, quando a senhora decidiu não levantar-se do ônibus em 1955 e deu voz aos primeiros movimentos dos direitos civis dos negros nos Estados Unidos e simbolizou a luta antissegregacionista. Malala Yousafzai é um exemplo mais contemporâneo de uma ativista paquistanesa que aos 12 anos já tinha parceria com o New York Times, o que a transformou em uma jovem famosa. Em 2012, Malala foi baleada na cabeça porque decidiu ir a escola; de forma alguma se está sugerindo que sobreviver a um tiro de arma de fogo é um pequeno ato, mas Malala foi baleada pela escolha de estudar. Esse pequeno ato virou símbolo da luta das mulheres e crianças em todo Oriente Médio, a escolha de estudar, de ter voz e de sofrer as consequências. A ilimitabilidade de um ato nem sempre vai percorrer os melhores caminhos, em outras palavras: como a ação é ilimitada e suas consequências não podem ser previstas ou medidas por muito tempo com objetividade, pode ser que essa potência vá ao oposto da direção desejada, na tentativa desesperada de evitar a dicotomia entre bem e mal. O tiro que sai pela culatra da arma de fogo é o arquétipo perfeito para representar esse pensamento, embora a intenção seja atingir um alvo, o projétil pode acabar ferindo o próprio atirador. Os três caracteres da ação e do discurso, que já foram expostos, estão como que acorrentados uns aos outros de modo que é impossível examinar um aspecto e ignorar os outros dois. Arendt sugere que essas três facetas da ação causam constrangimentos, que seriam solucionados na faculdade do perdão. Logo, não só a ilimitabilidade, mas também a irreversibilidade e a imprevisibilidade da ação e do discurso são difíceis de remediar, porque o agente, embora consciente da natureza da ação e do ato mesmo não pode ter qualquer ideia da proporção que ele pode tomar. Portanto a faculdade do perdão aparece como solução para esses três constrangimentos, e que segundo a autora não provém de uma entidade superior e sim da potencialidade da própria ação. Reconhecer a ação e o discurso enquanto atividades imperfeitas que necessitam da faculdade do perdão para perdurarem enquanto atividades sociais é fundamental, mas ao mesmo tempo sem o social não existe atividade. Arendt completa:

Mas o fato de que o mesmo *quem*, revelado na ação e no discurso, permanece sempre o sujeito do perdão, constitui a razão mais profunda pela qual ninguém pode perdoar-se a si próprio; no perdão, como de um modo geral, na ação e no discurso, dependemos dos outros, aos quais aparecemos em uma distinção que nós mesmos somos incapazes de perceber. Encerrados em nós mesmos, jamais seríamos capazes de nos perdoar, por algum defeito ou transgressão, pois careceríamos da experiência da pessoa em consideração a quem se pode perdoar. (Arendt, 2015, p.311)

2.2 O domínio público e a ação político-moral

Todas as calamidades da ação decorrem da condição humana da pluralidade, que também é condição para existência do espaço da aparência que é o domínio público. (Arendt, 2015). A esfera pública é o espaço simbólico onde se aloja a liberdade do indivíduo de pensar em juízo e onde funda-se e veicula-se, por excelência, o agir humano mais original que é a ação política-moral. É onde diferentes agentes estão aglutinados, mas ao mesmo tempo impedidos de colidir uns com os outros (Vetö, 1989). Se a liberdade é, naturalmente, o poder de movimentar-se sem entraves, a ação em que se manifesta a liberdade autêntica só é capaz de se desenvolver em um espaço amplo. É esse enraizamento espacial que revelará a profunda afinidade entre a ação e a faculdade de julgar, que Vetö apelida de “filha mais velha do pensamento puro”. Esse espaço libertador e protetor é fonte de liberdade e de forma para as ações a serem realizadas. Destaca-se que essa é a definição idealizada de domínio público, onde se dariam as práticas políticas da cidade-Estado tal qual o modelo grego d’A República de Aristóteles. Partindo de Platão e Aristóteles a filósofa remonta as noções dos domínios público e privado para daí construir não só pensamento crítico em relação a esse entendimento clássico da política, mas também da modernidade mesma, como será apresentado no próximo subcapítulo. Portanto, a esfera pública que Arendt utiliza como base do seu raciocínio é a *polis* grega, que se opõe a esfera privada, do grego *oikos*.

Na prática, a esfera na qual se realizam as ações políticas passa por transgressões de acordo com cada período histórico e abre margem para uma multiplicidade de interpretações. A política mesma, que seria um modo de organizar diferentes indivíduos a partir de igualdades e diferenças relativas, contém liberdade na sua abstração *intra*, isto é, no mais profundo de seus alicerces. Arendt, no entanto critica a prática política, apesar de ter uma predileção pelos fundamentos gregos da política, questionando algumas de suas concepções clássicas a partir do raciocínio de pensadores mais modernos. A partir de Hobbes ela constrói o raciocínio que contraria a tradicional afirmativa de Aristóteles de que o homem é um animal político. Segundo ela, a política nasce não a partir da natureza do homem, mas sim no espaço da aparência na qual os homens se revelam para os outros:

[...] como se no homem houvesse algo político que pertencesse à sua essência – conceito que não procede; o homem é a-político. A política surge no entre-os-homens; portanto totalmente fora dos homens. Por conseguinte, não existe nenhuma substância política original. A política surge no intra-espaço e se estabelece como relação. Hobbes compreendeu isso. (Arendt, 1950, p.22)

Portanto, na medida em que esse espaço se transforma, também se transformam essas relações e as atividades humanas.

Ao longo da história, os domínios público (*polis*) e privado (*oikos*) tomaram diferentes formas e abraçaram diferentes práticas e atividades humanas e sociais. No decorrer de sua obra, a autora faz uma revisão do comportamento dessas esferas da sociedade ao longo das eras até o ano de publicação original (i.e. meados de 1958). Ela destaca as escalas de dependência de um domínio sob o outro antes da era moderna e o então isolamento da atividade política nos assuntos privados. Ela denota esse paradoxo: antes da era moderna a propriedade privada não só era requisito axiomático para admissão no domínio público, mas significava muito mais que isso. Possuir propriedade, ou seja, ter a oportunidade de comandar um domínio privado, representava atingir a maior possibilidade humana, o que automaticamente denotava quem não possuía seu espaço privativo (como o escravo) como não-humano. Sendo assim, eram poucos aqueles que tinham o privilégio de participar das decisões, agir e discursar de acordo com seus interesses e debater assuntos humanos; o domínio público era reservado àqueles que também tinham a possibilidade de gerir uma vida privada e sabiam distinguir essas duas esferas. Para participar do domínio público era preciso transcender os assuntos privados, isto é, vencer suas necessidades e acender à vida pública. Só o homem que tivesse resolvido todas as questões da casa e da família teria disponibilidade para participar num reino de liberdade e igualdade sem qualquer coação. Nessa esfera pública ideal todos eram iguais e não havia a noção de comandar e ser comandado, como se dava na vida privada, onde os homens eram os chefes da família e tinham a autoridade de coordenar todos os seus âmbitos. Todos os participantes da esfera pública eram livres para expressar suas opiniões, onde o poder da palavra através da persuasão (retórica) substituiu a força e as relações de dominação da esfera privada. O lar e a família representavam a defesa da sobrevivência biológica do homem, enquanto a polis (espaço onde se tratavam as questões políticas) era onde eles apareciam enquanto indivíduos e agentes. A coragem, considerada a maior virtude política, era a condição para elevar-se à vida política afirmando uma individualidade discursiva e contrariando a mera socialização imposta pelas limitações da vida biológica privada. Ser cidadão da polis, pertencer aos poucos que tinham liberdade e igualdade entre si, pressupunha um espírito de luta: cada cidadão procurava demonstrar perante os outros que era o melhor exibindo, através da palavra e da persuasão, seus feitos singulares, isto é, a polis era o espaço de afirmação e reconhecimento. Como destacado no

começo do capítulo, a função primordial da ação é exhibir e desvelar, logo se percebe aqui como o domínio público é o espaço simbólico destinado ao agir político-moral.

Atualmente, em uma realidade política, econômica, social e cultural completamente distinta, em que a propriedade privada não é mais condicional para participação nos assuntos públicos e onde os direitos civis são distribuídos de maneira muito mais justa, as atividades da ação política e do discurso foram esquivadas para o domínio privado. A pensadora observa:

Embora nos tenhamos tornado excelentes nas atividades do trabalho que realizamos em público a nossa capacidade de ação e de discurso perdeu muito de seu antigo caráter desde que a ascendência do domínio social banuiu estes últimos pra a esfera do íntimo e do privado. (Arendt, 2015, p.60)

Essa promoção do social a qual Arendt se refere é uma tendência que a autora observa desde o século XVIII, mas que se aplica na contemporaneidade. Segundo os gregos, não existia noção unívoca de social, ele situava-se tanto na esfera privada das relações da casa e da família, como na esfera da participação política. A subordinação da esfera pública para os assuntos privados acontece com o desenvolvimento das atividades privadas. A filósofa sugere que ao longo da modernidade o homem transformou-se de um ser que agia, para um ser que trabalhava, para um ser que consumia e esse processo acarretou em diversos fenômenos políticos. O advento do social se dá através da intensificação de práticas ligadas ao indivíduo e não mais ao comum e tem destaque em duas vertentes, o desenvolvimento de atividades artísticas privadas (principalmente literatura e música) e a estereotipização do comportamento no conformismo da sociedade; essa que se manifesta como: vontades generalizadas, convenções sociais, burocracia, economia, estatística, behaviorismo, cientismo, multidões numerosas, doutrinas, sociedade de massas e promoção do labor a interesse público, seguido de sua supervalorização. Arendt critica esse processo, pois afirma que ele nega ou anula a espontaneidade da opinião, que é fundamental para o desenvolvimento da atividade política.

É importante sublinhar que a privatividade moderna, que celebra e protege tudo que é íntimo se dá não como oposto da esfera pública, mas sim da esfera social, com a qual tem laços ainda mais estritos. Essa esfera social tem como principal intento o acúmulo de riqueza e o trabalho como fundamento das atividades e é sua ascensão que promove o individualismo ao qual a autora se refere em suas críticas. Arendt destaca que a diferença do papel do trabalho na vida do homem ao longo da história é fundamental para compreender sua atividade política. Sendo assim, na Antiguidade e na Idade Média a figura do *homo faber*, aquele responsável por criar bens duráveis, mas que ainda tinha liberdade para criar, embora conhecida, ainda ocupava posição secundária nas hierarquias valorativas. A posição de

produtor de bens cresceu com o advento do consumismo e ganhou protagonismo na modernidade, conferindo ao homem a figura de besta do trabalho, o *homo laborans*. O trabalho é explicado pelo marxismo como “metabolismo entre o corpo do operário e a natureza”; logo Arendt elucida a modernidade como o tempo onde todas as atividades são rebaixadas ao nível do metabolismo do corpo humano com a natureza, e onde não existe troca humana, somente consumo (Arendt, 2015). Esse espelhamento constante do trabalho na natureza se dá em função do regime laboral revelar profundas afinidades com o processo biológico. Ao contrário da fabricação, o trabalho apresenta atividades nas quais a ausência de um fim exterior durável destrói a distinção entre meios e fins. O resultado do trabalho, seja ele produto agrícola ou mercadoria industrial, não ostenta vocação de permanência, nenhuma finalidade em si mesmo, ele simplesmente serve enquanto objeto de consumo dos trabalhadores mesmos e ao próprio processo de produção, portanto acaba rebaixado de fim (da produção) em simples meio, conforme aponta Vetö. O autor frisa a finalidade do trabalho não como produto separado da natureza, mas como a reprodução da vida em si (Vetö, 1989). Ele segue evidenciando que o que torna a atividade do *homo laborans* com o desenvolvimento da humanidade do homem se deve ao fato de a ação espontânea e inovadora é desencorajada. O indivíduo vê-se privado de qualquer liberdade de movimento ou possibilidade de iniciativa devido ao seu vínculo com a corrente global instalada na sociedade, e rompe o elo com sua personalidade, que é onde veicula o agir por excelência do homem, a ação político-moral.

Outro paralelo traçado pelo autor, que se conecta ao do trabalho versus ação, é o do elemento cerebral que origina essas atividades. Vetö distingue o raciocínio lógico do pensamento puro: a lógica é absolutamente independente total da condição humana, a exemplo da matemática (dois vezes dois será sempre quatro, não importa quantos homens estiverem na Terra); e o pensamento puro como algo que, embora não deixa algo tangível atrás de si, revela sua potência em sua transcendência e esterilidade, justamente por não estarem fixados a nenhuma obra e sempre retornarem para junto de si mesmos. O autor sublinha:

Se o pensamento se abstém de qualquer produção permanente, não é porque recai na imanência carcerária do raciocínio, mas simplesmente porque, em virtude do fato de ser busca de sentido, conseqüentemente, de realidades não-objetiváveis, sempre conserva uma abertura que lhe permitirá se concretizar como juízo. (Vetö, 1989, p.76/77)

A lógica revela mais afinidade com as atividades laborais enquanto o pensamento puro se assemelha mais a ação. Retomando a noção de que a ação político-moral é composta pelo agir a partir do juízo adquirido através do pensamento puro, o raciocínio lógico estaria em posição oposta a essa prática no campo das atividades humanas. Vetö sublinha a insistência de Arendt na diferença irreduzível entre o raciocínio e o trabalho de um lado e o pensamento, juízo e ação do outro.

Embora Hannah Arendt refira-se constantemente às noções de domínio público e privado em sua obra, não só ao longo dessa revisão histórica, mas também na elaboração de conceitos e críticas do pensamento de outros filósofos, em *A Condição Humana* ela já tratava desses termos no passado e afirmava que esses dois âmbitos da vida humana teriam sido dissolvidos e reestruturados. Essa complexificação da dicotomia entre público e privado é fundamental para entender não só o fenômeno da ação política mediada por computador, mas as próprias definições fundamentais do pensamento *arendtiano* que estão condicionadas a existência, pelo menos teórica, de uma esfera pública (i.e. as próprias definições de ação política e política). Em suma,

Sabemos que a contradição entre o privado e o público típica dos estágios iniciais da era moderna, foi um fenômeno temporário que trouxe a completa extinção da diferença entre os domínios privado e público, a submersão de ambos na esfera social. Pela mesma razão, estamos em posição bem melhor para compreender as consequências para existência humana do desaparecimento de ambas as esferas da vida - a esfera pública porque se tornou uma função da esfera privada e a esfera privada porque se tornou a única preocupação comum que restou. (Arendt, 2015, p.85)

Partindo dessa perspectiva, Rüdiger observa como o conformismo burocrático que conduz a vida social, associada à difusão de um niilismo latente perante as massas, abre espaço para a renúncia da espontaneidade, das capacidades criativas e morais, e para a subsunção do homem a um projeto coletivo e anônimo, do período que Heidegger chamou de imperialismo tecnológico (Rüdiger, 2003). Essa época na qual se difundiram as tecnologias de informação e comunicação culminou com o advento do trabalho para despontar fenômenos políticos que se destacaram pela ausência do livre arbítrio. Essas tecnologias alimentam a crítica da autora aos tempos modernos, não apenas por como intensificaram a atenção dos indivíduos a suas vidas privadas, mas por também servirem de reforços ao social ao, em determinadas instâncias, facilitar e acelerar o contato e a comunicação mediada. A acessão dessas TICs a uma posição não só de intermédio entre aquilo que o indivíduo não pode presenciar e seu conhecimento do

mesmo, mas de controle do conteúdo disseminado e por conseguinte controle sobre a percepção alheia a respeito do mundo gera o fenômeno político mais analisado pela autora.

2.3 Crítica da modernidade e o modelo totalitário

Arendt observa a modernidade como um palco de crises que ocasiona uma forma totalmente nova de poder: o totalitarismo. Segundo ela, essa forma tende a se conservar entre nós mesmo quando não pode ser observada na prática efetiva do cotidiano, em função de suas condições de subsistência que permanecem presentes na sociedade mesmo após o fim do regime. As raízes dos sistemas totalitários estão na "experiência da solidão em fenômenos de massas que tem lugar nos tempos modernos" como aponta Rüdiger. Solidão essa que se torna mundana no século XX e, de acordo com a autora, tem relação direta com o avanço tecnológico e com a introdução da comunicação mediada por tecnologias digitais. O intérprete da filósofa completa que, esse processo depende de diversas circunstâncias que não limitam-se à solitude ou individualismo. Ele destaca que tanto liberdade quanto autoridade estão em regressão nesse período histórico, o que implica na propensão do surgimento de um líder autoritário.

Como já frisado anteriormente, todo o raciocínio da teoria política *arendtiana* engloba a noção de liberdade e que através dela é que se exerce as funções de ator político. Destaca-se, no entanto, a discrepância entre as noções de liberdade dos antigos e dos modernos. Os clássicos defendiam que a liberdade como possibilidade de ação em espaços públicos, já os modernos realocam seu exercício para o âmbito privado, naturalmente desenvolvendo os processos introspectivos. A liberdade de ação tornou-se liberdade privada, que virou sinônimo da ideia de que cada um pode fazer o que deseja desde que no domínio das atividades introspectivas. Comentadores da autora destacam que é nessa confusão, do lugar que reside a liberdade, no subjetivo ou no compartilhado, que se encontram os maiores questionamentos fundamentais acerca de seu raciocínio, além de ser no que embasa todo seu pensamento acerca da instituição dos regimes totalitários e de que aspectos da vida pública e privada eles se apropriam para instituir-se na sociedade sorrateiramente.

Arendt centraliza o problema da política no problema da liberdade e quando esta instituição é abalada todo o sistema sucumbe com ela. A autora explica que governos totalitários não existiriam se não desestruturassem a vida pública dos homens, isso é, seu espaço de aparência de domínio público e não o isolassem em sua vida particular. A esfera

política, ao dar espaço aos homens, favorece a manifestação de sua ação e a compressão desse espaço leva inevitavelmente a consequências trágicas. A existência de um espaço entre os homens que abriga liberdade exterior está em direta relação com a liberdade interna de tomar decisões, julgar e começar de novo. A abolição deste, o desaparecimento da esfera pública política conduz a um mundo comprimido e oprimido, que pressiona violentamente os homens uns contra os outros. Ao suprimir o espaço público inter-humano no qual se fala e se age, o governo totalitário abole as condições da diferença individual própria dos homens. A autora salienta, que não basta o regime tomar-lhe o espaço público, ela também destrói a vida privada, fomentando a experiência de não pertencer de modo algum ao mundo, que ela define como uma das experiências mais radicais e desesperadoras que podem ser vivenciadas pelo homem. (Arendt, 2009) Ela classifica o indivíduo moderno como aquele que tem “intermináveis conflitos” e que é incapaz de sentir-se a vontade na sociedade ou completamente fora dela, cujos estados de espírito estão em “constante mutação” e subjetivam radicalmente suas vidas emocionais. No entanto, esse juízo de valor não limita a visão da filósofa, que procura entender todos os fenômenos a partir do parâmetro da condição humana. Conforme sublinhado por Rüdiger, sua preocupação não é com a significação do processo para o indivíduo mas sim para a condição humana; interessava-lhe compreender os processos do mundo e através dos quais se desenvolviam a política e não o contrário.

A autora também destaca a era moderna por ser uma grande massificadora da cultura, que transformou aquilo que fora antes entendido como “cultura superior” ou “arte elevada” passava a ser consumido tal qual uma mercadoria qualquer. Os bens culturais passaram a poder circular enquanto moeda de troca e foram capitalizados como todos os produtos e serviços. Porém é equivocado pensar que esse processo tornou a cultura mais acessível ou fez da sociedade mais pensante e culta, pois a criação cultural é um processo rotineiro através do qual o homem ergue seu mundo e conforme observa Rüdiger, “os produtos culturais não são, neste contexto, elementos formativos, que estruturam um mundo para os seres vivos, mas antes "bens de consumo, destinados a serem usados até a exaustão, assim como qualquer outro bem de consumo”. (Rüdiger, 2003, p.27) Sendo assim, a pretensão clássica da realização de grandes obras e de grandes atos retrocedeu para o plano secundário da era moderna se organizando de maneira que o foco era no trabalho e no consumo de maneira generalizada, incapacitando o sujeito de exercer sua atividade de mais discernimento que seria a ação.

Para Arendt, o principal prejuízo que deve ser observado no alicerce do totalitarismo é a perda da pluralidade das ações. Isso porque de acordo com o raciocínio da autora toda a condição humana e as atividades políticas e sociais estão ligadas a ação e o discurso. A partir desse raciocínio a autora sugere que a ideia de quem em nosso tempo seria possível encontrar na tecnologia um princípio de integração social é falha. Ela defende que a tecnologia nas formas enquanto se dava abria precedentes pra essa sociedade individualista e isoladora de sujeitos. Segundo a autora, o alcance humano da ferramenta é muito limitado e toda vez que ele fica em falta abre-se caminho para uma solução totalitária. Arendt, no entanto, não temia que esses regimes fossem permanentes ou que passassem despercebidos, pelo contrário, ela denota tanto a capacidade “autodestrutiva” do sistema, que cultiva os germes de sua própria destruição, mas também prevê os movimentos sociais que nascem, tanto para defender quanto a partir da insatisfação com o mesmo. Mas nota, a atomização e a individualização precedem os movimentos de massa. Para ela, o problema não está apenas na instituição do regime em si, mas nas consequências que esse deixa mesmo depois de já ter sido substituído por algum outro formato democrático. A autora aponta, por exemplo, que as massas não só tinham conhecimento da violência cometida contra a população inocente como apoiavam, ainda que passivamente, essas ações e o que o regime lhes impunha. Isso se deve ao fato de todo o regime totalitário estar baseado na mentira política. As massas tendem a ter um comportamento complacente mesmo perante a opressão da gestão porque os governantes oferecem explicações lógicas para seus atos partindo de uma irrealidade. Primeiramente, deve-se retomar a ideia de que a mentira também é uma forma de ação, porque é a interpretação do mundo sob uma perspectiva sonhadora: não se equivale apenas a perceber o real de maneira errônea, mas seja porque ela afirma a existência do que não é, seja porque nega a existência do que é, a mentira depende do mundo da ação voluntária. Logo, se a mentira deixou de cumprir suas sórdidas tarefas na esfera restrita da vida cotidiana, seu terreno de expansão está na política e na história, onde se encontram os fatos humanos mais importantes, mas também os mais precários. Os regimes totalitários do nosso tempo praticam a mentira de uma maneira sistemática e ininterrupta, a erigindo em princípio de governo. Estranhamente, ele encontra na mentira um princípio de explicação e, conseqüentemente, de ação extremamente eficaz. Vetö arremata:

Quando o mentiroso é suficientemente poderoso, ele pode dissimular as fraquezas do real e substituir a realidade efetiva por uma outra em que os “fatos” conjurados pela mentira “se ajustarão sem cortes, fendas ou fissuras”. A mentira praticada numa escala gigantesca pela ditadura totalitária produz um universo estranhamente coerente e regular em que tudo se explica. A

mentira não é mais um fato isolado, uma espécie de bravata, de exceção, mas o princípio durável de um sistema de sentido e de explicações. Não é mais um desafio lançado a uma ordem imutável, uma fratura momentânea, mas sim a fonte de um processo regular que continuamente engendra outras mentiras e superpõe aos fatos desse mundo uma grande leitura lógica e coerente. (Vetö, 1989, p.71)

É essa racionalidade sem falhas da mentira sistemática que explica a vasta coesão e coerência da visão que a sociedade totalitária tem de si mesma. O estranho resultado dessa mentira, conforme explicam os trabalhos de Arendt, é esboçar um universo que a princípio vive segundo a prodigiosa ordem racional das operações lógicas, mas na qual a transição de um momento a outro é alimentada por uma violência ilimitada velada. O paradoxo do sistema encontra-se na relação entre a ação eminentemente livre da mentira, que consuma a desertificação do mundo frágil, imprevisível e fortuito dos fatos políticos. Ele busca alcançar a dignidade da exatidão e da racionalidade, mas, ao mesmo tempo, a pretexto dessa racionalidade infalível, culmina determinado pela violência impiedosa.

Para Hannah Arendt, o sistema totalitário não é simplesmente um fenômeno histórico de importância excepcional, mas uma categoria de explicação filosófica no sentido mais preciso do termo, conforme aponta Vetö. Ele é considerado pela pensadora como manifestação autêntica do mistério do mal radical. A supressão do espaço público entre os homens no qual manifestam suas opiniões concentra os humanos colados uns nos outros, mas ao mesmo tempo incapazes de instaurar relações autênticas com seus semelhantes, porque essas dependem da espontaneidade e liberdade que lhes é privada no governo totalitário. Os homens tornam-se, assim, átomos indistintos, mas paradoxalmente isolados. Esvaziados do seu sentido mais profundo, o ser-si, os seres individuais acabam por se depreciar, alinhando-se numa dócil unidade. Esse todo oferece uma ilusão de transparência, em função de sua clareza e previsibilidade e cujas consequências desse mundo sem obscuridade, ou seja, carecido das precariedades das ações, é a ausência de resistência, reproduzindo um cenário de irrealidade. E é essa irrealidade que mergulha o mundo em uma atmosfera de sonho, ou como insiste Vetö, de pesadelo violento, afinal o preço da manutenção da coerência e dessa falsa transparência é o ajustamento cotidiano de uma realidade demasiadamente indócil, uma retificação que se realiza através do terror (Vetö, 1989). Ao contrário da tirania vulgar, que concentra seus esforços na esfera política, a dominação totalitária tenta igualmente penetrar a esfera privada e social. A nacionalização da economia, o controle absoluto da mídia, e de todas quaisquer maneiras eficazes de inspirar o medo e incitar a delação de outros indivíduos, tem como

objetivo a edificação de uma sociedade em que os homens, órfãos de sua individualidade autêntica, se tornam simples molas para impulsionar o processo total. O regime aplica um sistema corretivo que assegura, pela violência, a despersonalização absoluta. Massificar a sociedade, transformando a pluralidade dos homens quase que uma única pessoa, torna esses homens uniformes não só por suas ideias, mas por sua própria expressão, onde centenas de milhares de indivíduos em um movimento chegam a ter um único tipo. O processo de redução da sociedade à massas foi facilitado pelo desenraizamento forçado e catastrófico que forças sociais e políticas sofreram, ao serem desalojadas, destruindo as fronteiras e laços de comunicação entre os indivíduos e condensando a pluralidade num único homem de dimensão gigantesca. Esta compressão pretende privar o homem da espontaneidade que lhe levaria a arriscar se voltar contra a dominação total ou, simplesmente, recorrer a ações não previstas pela direção do movimento. A espontaneidade deve ser extirpada de todos os meios, abolindo a personalidade e a diferença individual que ocasionam a destruição da ordem moral e jurídica. A ordem passa a ser qualquer decreto do regime e é reforçada pela prática violenta.

Outro aspecto importante do cenário totalitário é a ausência de leis positivas. Leis positivas desempenham o duplo papel de proteger e liberar os humanos. Elas garantem segurança ao definirem regras para suas ações, mas, sobretudo, asseguram a personalidade jurídica graças a qual eles podem começar e realizar ações. O extraordinário distanciamento totalitário da legislação não é acidental, mas sim inerente a própria dinâmica do regime. Serve, primordialmente, para destruir essa segurança que permite ao indivíduo se mover, deslocar, fazer projetos e de se abrigar em sua originalidade de juízo. Os homens são capazes de se ajustar a promulgação de leis cruéis e injustas na medida em que elas definem os contornos dos males que podem abater sobre a sociedade. O que é insuportável, reforça Vetö, é a carência de qualquer lei. O assalto permanente contra a identidade jurídica do indivíduo, contra toda estrutura suscetível de interferir no controle absoluto do cidadão é uma política consciente e essencial do governo totalitário. Nesse caso, a ausência da lei não é literalmente o cancelamento do conjunto de regras que regulam a sociedade, mas sim a possibilidade do governante de descumpri-las e declarar como inimigo do Estado qualquer grupo que discorde de suas atitudes e puni-lo através de repressão. A regência totalitária tende priorizar a rivalidade com determinados grupos étnicos ou políticos, autorizando sua apreensão sem qualquer critério de distinção entre os indivíduos, culpabilizando-os apenas pelo pertencimento simbólico a classe declarada como inimiga. Porém, em seguida, para manter seu estatuto de terror, começa a cumprir prisões e crimes contra a vida em função de

determinadas cotas quantitativas, calculadas através do raciocínio de que ao oprimir uma fração da sociedade, as massas seriam complacentes com as premissas do comando em função do medo. O advento dessa situação onde o homem não tem mais a possibilidade de se opor ao em função de quem ele é ou de duas crenças, mas sim de ser considerado como tal em em virtude de critérios exteriores, definidos pela direção do movimento totalitário, abole a distinção entre vítimas e carrascos. Isto é, o carrasco, aquele que aplica a punição sentenciada pelo regime, é igualmente sua vítima, pois ele cumpre esse papel a fim não só de evitar qualquer conflito com o governo, mas também por fazer parte da camada da sociedade que crê cegamente na ordem, no dever e no trabalho. O carrasco não se entende torturador pois não lhe é incentivada a faculdade do juízo, muito menos a de opinar, caso seja capaz de reconhecer a injustiça de seus atos. A abolição totalitária de toda lei e toda definição destrói a personalidade jurídico-moral do indivíduo. Vetö define a personalidade jurídica e moral como a estrutura do ser-si insubstituível, de onde emanam as decisões, juízos e ações, ou de onde surge toda novidade no mundo. O novo próprio de uma determinada pessoa, que não cessa em questionar a rotina do mundo, pode manifestar apenas as profundezas do eu que, ao mesmo tempo, estrutura e protege a personalidade jurídico-moral. A eliminação sábia dessa presença visa secar as fontes da espontaneidade com a finalidade de permitir que o regime regulamente de maneira cada vez mais eficaz o comportamento dos seus cidadãos. A própria liberdade de oposição se encontra esvaziada de qualquer conteúdo próprio, porque ela não conduz mais a resultados diferentes que a passividade e a inação.

O sucesso espantoso do movimento totalitário, como destaca Arendt, deve-se em grande parte da suprema liberdade de seu chefe, que não precisa respeitar nenhuma regra fixa, nem mesmo suas próprias decisões ou declarações prévias. A infidelidade absoluta do comandante a suas próprias palavras, a flexibilidade intangível do movimento normalmente deveriam ser tidas como um desencadeamento de mentiras, de fato. Entretanto, não há fiscalização das atitudes do chefe, e essa exiguidade de qualquer sentido ou estabilidade reveste a aparência do formalismo da ética no dever. A autora revela como no cenário totalitário, com o afastamento do agir, do juízo e do pensamento do campo das atividades humanas e o foco voltado para o raciocínio e a explicação lógica, compreende-se a política como um veículo de meios e fins. Compete à natureza da ação não ter finalidade que não seja em si mesma, mas no caso do poder totalitário e sua circunstância de previsibilidade, o líder do regime age para atingir determinado objetivo. Ela completa: “Enquanto acreditamos que

lidamos com fins e meios no domínio político, não poderemos impedir que alguém recorra a todos os meios para alcançar fins reconhecidos” (Arendt, 2015, p.284).

Durante a história é possível que observemos diversos exemplos desse fenômeno referido por Hannah Arendt, não só no nazismo alemão dos anos 40, do qual a própria autora foi vítima e forçada a fugir do país, quanto no Stalinismo referenciado pela autora diversas vezes, além do próprio regime militar brasileiro nas décadas de 60 e 70 que voltaram a assombrar o cenário político atual com o golpe parlamentar de 2016 que orquestrou o impeachment ilegítimo da presidenta Dilma Rousseff. Em todos esses casos, identifica-se uma alta porcentagem da população insatisfeita com o cenário político no qual se encontra, mas preocupada demais com sua vida privada para debruçar-se sobre os problemas públicos. Logo, uma solução que preveja qualquer tipo de ordem parece a mais coerente, independente dos meios usados para chegar aos fins. As massas, que representam uma junção da elite com a população inadvertida, acreditam na ordem enquanto possibilidade de encontrar alguma forma de organização. Assim se desenvolvem os sistemas totalitários da modernidade, relativizando a violência e alienando com propagandas progressistas: a verdade máxima é que o regime depende das massas e as massas dependem do regime, essa relação simbiótica que permite que se perpetue esse cenário de injustiças e violência por tanto tempo. Sendo assim, Rüdiger sublinha que a propaganda totalitária pode ter desenvolvido métodos e técnicas, mas não criou os temas do regime totalitário: jamais lançou mão de uma idéia que já não fosse popular, não estivesse disseminada, mesmo que equivocada, preconceituosa ou excludente.

As pretendidas distinções entre experiência individual e sugestão coletiva, fato e ficção, tenderiam a desaparecer no âmbito desses movimentos. O pensamento se automatiza e se contenta em seguir o raciocínio apropriado às circunstâncias. A crença em tudo o que está ocorrendo tende a ser bem pequena. Destarte, a pensadora sugere que, neste contexto, há, ao invés da pura repressão, uma espécie de liberação do imaginário coletivo: os movimentos totalitários são responsáveis pela articulação de um mundo fictício [...] "uma fé na onipotência humana, na convicção de que através da organização tudo é possível". (Rüdiger, 2003, p.34)

Em função de sua experiência com o nazismo, Arendt traz para sua análise a prática do campo de concentração, mas não só o da violência física e os assassinatos cometidos nesses locais, mas o que eles significavam enquanto instituições de disseminação de medo e terror. A maneira como o ser humano era tratado no campo de concentração não era só na interação de livrar-se de populações indesejáveis, mas sim formas de experimentação e testes da liquidação completa da espontaneidade humana, transformando-o em um ser completamente dominável e reduzido a uma ferramenta de manipulação e trabalho braçal. Toda a circunstância que regia o

campo de concentração, em escala menor, representa o isolamento político e a solidão dos cidadãos comuns que não estão nos campos; ou, que em regimes mais recentes que não contam com esse tipo de aprisionamento per se, onde afirma-se que a maioria da população encontra-se em liberdade, ele se dá a partir da censura, da agressividade policial indevida, da corrupção, da falta de transparência no exercício das atividades políticas, e é claro, da mentira política.

Ao nos aprofundarmos na exploração dos campos de concentração, pode-se concluir que este é a representação prática e aplicável de todas as características do modelo totalitário já apresentadas. Quando o pensamento se encontra prevalecido pelo raciocínio, que compõe um processo fechado que só se preocupa com os produtos do seu próprio movimento, é como se estivesse encoberto por um sentimento de irrealidade, um mundo matematicamente calculado e preconcebido que pode revelar-se como mundo de sonho. O sonho introduz o homem num universo absurdo, mas ao que lhe será absolutamente impossível escapar; o irreal se impõe mais que os próprios fatos e passa a existir mais vigorosamente que qualquer realidade plausível. O campo é a quintessência do modelo totalitário porque é onde vivem homens sem status, entre a vida e a morte, em uma realidade tão absurdamente injusta que parece fictícia. As massas optam por não se oporem por não acreditarem ou não fazerem qualquer esforço para acreditar que tal violência seja possível, afinal o líder totalitarista é abastecido pela mentira política e remaneja as verdades para que quando ele mente, as pessoas acreditem em suas promessas, e quando ele fala a verdade e celebra a violência, que esses mesmos duvidem que ele realmente os faça. Vetö arremata:

Se a enormidade da mentira se torna crível, a enormidade do crime o torna inacreditável. E quando o mentiroso é a mesma pessoa que o criminoso, acredita-se e não se acredita nele ao mesmo tempo, e é precisamente este estado de fato que mais favorece seus terríveis empreendimentos. (Vetö, 1989, p.93)

Ele prossegue apontando que o mundo totalitário é o da contradição, da injustiça suprema e que antes de levar a um cataclisma generalizado, permite-se enfrentar o real. Seus crimes imensos e absurdos surgem de uma espécie de mal radical. Para Arendt e como confirma a análise de Vetö, o mal concebe sua origem na ausência. Ela segue firmemente convencida de que o mal não é nem uma fatalidade, nem um resultado inevitável, se encontra em um raro ponto de fuga da malignidade ou perversidade excessiva, mas sim a consequência da atrofia das faculdades humanas por excelência, que são o pensamento e o juízo. A autora introduz, em seguida, a “impensável banalidade do mal”, o mal que decorre de atividades de indivíduos

que não necessariamente são malvados, mas sim homens privados de qualquer reflexão interna ou senso de justiça e que, por isso, são capazes do mal infinito. Segundo a filósofa, a mais triste verdade é que o mal é feito por pessoas que jamais decidiram agir bem ou mal. O mal muitas vezes não é fruto do exercício, mais sim do não-exercício da liberdade; e quando se trata do mal imenso em escala política, está frequentemente originado na omissão.

2.4 Modernidade, tecnologia e política

Arendt vincula o totalitarismo as tendências do mundo moderno, o que não por acaso traz a tecnologia para seu debate. Por óbvio, embora visionária, Arendt não viveu os avanços tecnológicos tais quais existem hoje e não pode desfrutar de todos os seus aspectos positivos e emancipatórios que são inegáveis. Portanto, seus argumentos acerca do papel da tecnologia na sociedade como meio e como produto em algumas ocasiões se contradizem e nem sempre estão alinhados com as mesmas premissas de seu pensamento político. De toda forma, a autora entende a tecnologia a princípio como fomento para o individualismo e o isolamento políticos, bem como a solidão e a alienação dos assuntos humanos, o que resultaria em algo como a “dissolução da vida política na era técnica” (Rüdiger, 2003, p.37). A preocupação suprema do ser humano passa a ser consigo, com a conservação da própria vida, deslocando seu eixo de ação da esfera pública para esfera privada. “O homem surge como um sujeito errante pelo mundo, ao invés de ser parte dele, e isso está na raiz, mais do que do sistema, do próprio projeto totalitário.” (Rüdiger, 2003, p.39) Mais que isso, a ação deve ser restringida em função da imprevisibilidade de seus resultados, não só o agir político, mas todo ato ou discurso fica diminuído diante do controle que a máquina oferece. O que tende a gerar uma sociedade mecanizada. Arendt afirmava que uma das maiores características do nosso tempo (ela se referia a era moderna, mas entende-se que suas premissas ainda se aplicam) seria a repetição complacente de verdades triviais vazias. Logo, ela acusa a modernidade de normatizar e de ser uma época em que existe uma expectativa social de comportamento que impõe diversas regras, desde orientação sexual até modos à mesa, e que essa imposição busca, como já revisto, abolir ações e reações espontâneas ou inusitadas.

Na modernidade, o trabalho passa a preencher a esfera pública enquanto única atividade capaz de garantir a sobrevivência, considerada o principal bem humano, mas transforma-se rapidamente no único meio de obter uma vida privada. O processo que, segundo Rüdiger, culmina no entendimento da ação política como “sacrifício individual”

enraíza-se nesse raciocínio. O processo de automatização do capitalismo industrial, no qual as máquinas foram primeiro substituindo utensílios, depois o próprio ser humano ao mesmo tempo em que a atividade do trabalho era emancipada gera o questionamento de se seríamos senhores ou servos das máquinas. A autora entende que não é isso que está em questão, mas sim como seus processos automáticos passam a dominar ou destruir o mundo e as coisas (Arendt, 1972), o que não significa que as máquinas estejam vivendo em função de si mesmas, mas sim nos tornamos sujeitos de necessidades simplificadas baseadas em consumo. Ou, conforme define Rüdiger:

No limite, a sociedade atual requer de seus membros um funcionamento puramente automático, como se a vida individual realmente houvesse sido afogada no processo vital da espécie, e a única decisão ativa exigida do indivíduo fosse, por assim dizer, a de abandonar sua individualidade, as dores e as penas de viver ainda sentidas individualmente, e a aquiescer num tipo funcional de conduta entorpecida e tranquilizadora. (Rüdiger, 2003, p. 44)

Em função de seus estudos com Martin Heidegger, Arendt compartilhava da visão que a tecnologia propelia na direção de um deserto espiritual e ela seria responsável por varrer o espaço de aparência das atividades políticas, da ação e da criação espontâneas, cotidianas e não especializadas. Logo, isolando o pensamento *arendtiano*, ter-se-ia uma análise polarizada da tecnologia, principalmente se não levadas em conta as ferramentas desenvolvidas na pós modernidade que, de alguma forma, se propõe a através da tecnologia gerar ação política, criatividade e respostas autênticas. Entende-se, dessa forma, que os problemas colocados pela autora à condição humana não só em sua obra de mesmo nome, mas nas outras que suportam seus argumentos e teoria política estão agora tão em evidência quanto estiveram durante a II Guerra Mundial, portanto a reflexão acerca de suas perdas e danos pode ser uma perspectiva reveladora. A autora percebeu que o emprego da palavra e da ação na prática política não desapareceram completamente, mas estão marginalizados e com pouca esperança de florescimento. Os ciberespaços que se multiplicam não facilitam e sim complexificam ainda mais a interpretação desse fenômeno político, porque devem ser avaliados e estudados não enquanto substitutos da vivência face a face ou da palavra falada, mas enquanto complementares e que cumprem funções e valores distintos na sociedade. Segundo Rüdiger, o problema não está no meio, mas na natureza do sentido dos processos das interações humanas. Ele reforça:

Pretender que as redes podem operar como forma de agora eletrônica, uma espécie de Nova Atenas, apenas porque permitem o acompanhamento dos assuntos públicos e facilitam o acesso à participação política, é cair numa

concepção totalmente abstrata da política, passar por alto o exame de seus princípios de instituição e subestimar a complexidade de sentido dessa atividade, que, para ser entendida, precisa ser pensada como práxis humana, social e histórica. (Rüdiger, 2003, p. 46)

Entretanto, o pensador é categórico e faz questão de manter-se fiel a esse posicionamento durante todo o trabalho, não só na interpretação de Hannah Arendt, mas também nos outros autores selecionados para construir seus argumentos: o ponto de vista antimoderno da autora (e de outros como Barber e Wilhelm) não denota uma rejeição histórica à atualidade ou aos avanços tecnológicos, muito menos pretende formar juízos de valor formais a respeito das práticas políticas, sejam elas circunstâncias presentes ou passadas. O presente trabalho pretende fazer o mesmo, como pode ser observado no capítulo 4, quando se buscará responder questionamentos que podem ser seriamente levantados, a partir da filosofia *arenditana*, em relação ao pensamento contemporâneo no que tange a ação política mediada por computador. As seguintes perguntas foram levantadas para originarem hipóteses no capítulo de análise quando, a luz de temas da filósofa, vai-se comparar as ideias de Diana Saco, Anthony Wilhelm e Manuel Castells (que serão apresentadas no capítulo a seguir) e se dão em torno das preposições desses autores. No ponto de vista de cada autor: quem são os fazedores de política?; como as TICs mudaram o sujeito político?; em que instância a tecnologia alterou os ritmos dos processos vitais?; como se define esfera pública na contemporaneidade?

3 AÇÃO POLÍTICA NO CIBERESPAÇO CONTEMPORÂNEO: 3 PERSPECTIVAS

Castells afirma que a Revolução da Tecnologia da Informação é um evento histórico da mesma importância da Revolução Industrial do século XVIII, provocando um padrão de descontinuidade nas bases da economia, sociedade e cultura. Ele sugere que o que caracteriza a atual revolução tecnológica não é a centralidade de conhecimentos e informação, mas aplicação desses conhecimentos e desta informação para a geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento/comunicação da informação, em um ciclo de retroalimentação cumulativo entre a inovação e seus usos. Considerando a rapidez desse ciclo entre a introdução de uma nova tecnologia, seus usos e seus desenvolvimentos em novos domínios, a difusão da tecnologia amplifica seu poder, à medida que os usuários apropriam-se dela e a redefinem. Ele reitera: “Pela primeira vez na história, a mente humana é uma força direta de produção, não apenas um elemento decisivo no sistema produtivo”. (Castells, 2000, p.51) Outra característica da revolução da tecnologia da informação em relação a outras revoluções tecnológicas, é que estas ocorreram apenas em algumas sociedades e foram difundidas em áreas geográficas limitadas, enquanto a revolução da tecnologia da informação difundiu-se pelo mundo em menos de duas décadas, dentro da lógica da aplicação imediata no desenvolvimento da tecnologia gerada. Existem, no entanto, grandes áreas do mundo e muitos segmentos da população que não estão conectados ao novo sistema tecnológico, e isto representa uma fonte crucial de desigualdade social. Ele resume esse novo paradigma social tecnológico em cinco características: 1) a informação é a matéria prima fundamental: são tecnologias para agir sobre a informação e não apenas informação para agir sobre a tecnologia; 2) a penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias: o processamento de informação torna-se presente em todos os domínios de nosso sistema eco-social e, por isso, o transforma; 3) a lógica de redes: morfologia bem adaptada à crescente complexidade das interações e a modelos imprevisíveis de desenvolvimento; 4) a flexibilidade, entendida como a capacidade de reconfiguração constante sem destruir a organização; 5) a convergência de tecnologias específicas para um sistema altamente integrado.

Partindo desses princípios, o seguinte capítulo se desenvolve a partir dos raciocínios de três autores selecionados em função de suas diferentes perspectivas sobre a questão do ciberespaço, sendo eles Anthony Wilhelm, Diana Saco e Manuel Castells. A obra desses autores foi escolhida como objeto de estudo por serem eles comentaristas do fenômeno da democracia na era digital que Arendt não viveu o bastante para experienciar. A seguir,

apresentar-se-á suas ideias e teses para, em um segundo momento, analisa-los, comparando-os entre si e estudando-os à luz da filosofia *arendtiana*.

3.1 Anthony Wilhelm e A Democracia Na Era Digital

Anthony Wilhelm, doutor em políticas públicas pela Claremont University na Califórnia, além de membro ativo da administração nacional de telecomunicações e informação nos Estados Unidos, oferece uma perspectiva que combina conhecimento filosófico e experiência no campo da comunicação em sua análise da manifestação política no ciberespaço. Sua obra de principal relevância e selecionada para exploração nesse trabalho é “*Democracy in The Digital Age*” publicada em 2000. Wilhelm introduz seu silogismo, a partir do pensamento *derridiano*, apontando como as novas tecnologias são mais que um meio ou ferramentas para melhorar a performance de determinada prática ou função, mas como elas estão afetando profundamente a esfera pública e transformando as dimensões de espaço bem como toda a estrutura da república mesma. Ele interpreta a tecnologia como mais que um meio, como um organismo vivo que exerce mudanças sobre a estrutura social e o comportamento dos indivíduos, porém escapa da ingenuidade ao evitar idealizações da era digital. Wilhelm rompe com a noção futurista de que a solução de todos os nossos problemas, inclusive os de ordem política, estariam no avanço tecnológico e destaca que embora as grandes invenções do século XXI tenham proporcionado ao homem experiências inéditas, elas não milagrosamente resolveriam a questão política e social e poderiam inclusive lhe oferecer obstáculos. Ele sublinha que, a despeito de seu charme, as tecnologias de comunicação e informação emergentes devem ser examinadas de maneira crítica, em especial no que tange as afirmativas de que através dessas TICs a democracia pode ser elevada e mais inclusiva. Em suma:

Em vez de ser um antídoto para os problemas democráticos, conforme acreditam os futuristas de hoje em dia, novas tecnologias de informação e comunicação, da maneira como são desenvolvidas e usadas, representam obstáculos formidáveis na busca de atingir uma ordem social mais humana e justa na era digital. (Wilhelm, 2000, p.6)⁴

Ele define tecnologias de informação e comunicação (TICs) como importantes redes de intercâmbio que podem promover ou inibir a comunicação de muitos para muitos na esfera

⁴ "Rather than being the antidote to democratic ills, as present-day futurists believe, new information and communications technologies, as currently designed and used, pose formidable obstacles to achieving a more just and humane social order in the digital age." (tradução livre da autora)

pública. Na construção de seu argumento, o autor não se limita em afastar-se do pensamento futurista, mas acentua os movimentos distópico, neofuturista e tecnorealista como ultrapassados. Seu objetivo é avançar na discussão e no debate da política na web, superando não só os distopistas, que preocupam-se com o potencial emergente das tecnologias de informação e comunicação perturbarem a vida social e política, e pretendem recuperar qualidades essenciais que diminuíram na sociedade contemporânea como a necessidade da interação política face a face que entendem como mais autêntica em relação a mediada; mas também os neofuturistas, que em contraste apresentam uma fé acrítica no progresso, aceitando as tecnologias inovadoras e seus novos ritmos como promessas para um futuro esperançoso, e desconfiando das instituições obsoletas que seriam hostis a criatividade; e os tecnorelistas, que representam um grupo de profissionais da tecnologia, jornalistas e acadêmicos que visam focar-se no debate sobre TICs emergentes e seus efeitos, sugerindo que as pessoas pensem criticamente sobre o papel que as ferramentas e as interfaces desempenham na vida cotidiana e seu impacto nos valores humanos. Seu ponto de vista, como será explicado adiante, se encaixa mais perto do terceiro, embora apresente traços do primeiro.

3.1.1 As 4 características da política mediada por computador

Da mesma forma que Arendt, Wilhelm não observa e interpreta só o fenômeno da ação política coletiva, mas também os processos que acontecem nos indivíduos e na sociedade que desencadeiam esses eventos. O autor observa que a participação política na rede atualmente requer uma série de recursos e habilidades, que incluem: todo os investimentos necessários para ter acesso ao equipamento através do qual se acessa a internet (computador, *tablet*, *smartphone* ou outros), bem como quaisquer custos adicionais que garantem a navegação na web (mensalidade de provedores de rede ou companhias telefônicas); a alfabetização universal necessária para manipular essas ferramentas e explorar novos ambientes midiáticos; e a que ele considera mais importante, dotes comunicacionais e pensamento crítico. Essas habilidades seriam pré-requisito para participação efetiva em qualquer debate ou discussão na esfera pública virtual. Wilhelm desenvolve seu conceito de esfera pública a partir do pensamento *habermasiano* em contrapartida com outros cientistas sociais e políticos, no entanto para fins de esclarecimento, a definição apresentada pelo autor de esfera pública no contexto ao qual se refere é a seguinte: “a esfera pública política representa canais vitais na sociedade civil onde indivíduos e grupos podem se informar sobre problemas, discutir, e

debater esses problemas autonomamente e ultimamente impactar em agendas políticas.”(Wilhelm, 2000, p.9)⁵.

O autor esquematiza quatro características centrais que norteariam a democracia na era digital, que é a maneira como ele opta por chamar os movimentos sociais espontâneos de rede. A primeira são os *recursos antecedentes* que alguém que quer participar da atividade política mediada por computador deve ter. Esses recursos são um combinado de habilidades que permitem que um sujeito seja capaz de agir politicamente na web. Ele destaca:

Hoje, com conhecimentos de informática tornando-se essenciais e a economia demandando trabalhadores flexíveis, é necessário cultivar um portfólio de habilidades e talentos para competir na sociedade global da informação. A posse de um nível mínimo de capital humano é fundamental para participar de atividades na era da informação, assim como atividades online, incluindo comunicação pública.⁶ (Wilhelm, 2000, p.33)

Esse ferramentário inclui uma série de aptidões necessárias para redes eficientes de comunicação, como domínio da leitura, da interpretação de texto, da capacidade argumentativa, toda e qualquer capacidade que influencie na aquisição, retidão e difusão de informação que são a base de qualquer interação de comunicacional.

A segunda é que a oportunidade de acesso seja inclusiva em qualquer interação política determinada, isto é: a necessidade de garantir que todos aqueles potencialmente afetados por uma política tenham a oportunidade de expressar suas preferências e exercer influência nesses processos políticos através de ferramentas de comunicação como a internet. O autor chama essa de *inclusividade* e a descreve como o reflexo de um "compromisso de longa data em ordens sociais democráticas e à participação universal nas tomadas de decisão políticas.”⁷ (Wilhelm, 2000, p.33) Ele justifica a necessidade da inclusão explicando que o acesso universal aos canais de informação vitais tem como dupla finalidade restaurar a confiança na tomada de decisão democrática e fornecer um canal alternativo para expressão de preferências e necessidades particulares de cada indivíduo ou grupo.

⁵ "the political public sphere represents the vital channels in civil society in which individuals and groups can become informed about issues, discuss and debate these issues autonomously, and ultimately have an impact on policy agendas." (Tradução livre da autora)

⁶ "Today, with computer literacy becoming essential and the economy demanding a flexible workforce, it is necessary to cultivate a larger portfolio of skills and talents to compete in the global information society. Possession of a threshold level of human capital is fundamental to participate in information-age work as well as online activities, including public communication." (Tradução livre da autora)

⁷ "a long-standing commitment in democratic social orders to universal participation in political decision making." (Tradução livre da autora)

A terceira característica da vida política digitalmente mediada, conforme o autor, é *deliberação*, ou seja, submeter suas ideias a validação de outrem. Nesse caso, a deliberação envolve a aptidão de apresentar e defender estipulado argumento, interagindo com interlocutores, ponderando pontos de vista e estando disposto a participar ativamente de um debate com outros cidadãos espontaneamente. Ele explica:

Com democracia deliberativa, interlocutores em um debate político devem fornecer razões para sustentar seus argumentos, razões que podem ser validadas intersubjetivamente em um espaço público livre da interferência de poderes corporativos buscando mobilizar o poder de compra ou atores políticos entrincheirados tentando manipular a preferência do eleitor. (Wilhelm, 2000, p.33)⁸

É importante levar em conta que deliberação envolve não só o debater, no caso o sujeitar as ideias à avaliação de um grupo, mas também chegar a um consenso ou a uma decisão final, através de uma metodologia. A deliberação parte do princípio que chega-se a uma conclusão. Parte-se do princípio que os indivíduos precisam formar uma voz que reflita o julgamento considerado de participantes trabalhando em conjunto, em vez de apenas validar aquele que grita mais alto ou que se expressa com mais frequência e eloquência.

A quarta e última característica que guia o pensamento do autor é o *design*. Embora a primeira vista possa não parecer óbvio, o design é uma parte importante da vida política virtual, porque nesse contexto design significa uma complexa combinação que cobre toda a arquitetura da rede, como ela funciona, se é interativa, moderada, segura, sem censura e com capacidade o bastante para propósitos não comerciais. Wilhelm descreve o design da rede como “obviamente crítico” para a regulação do discurso, as regras e os protocolos que são necessários para a deliberação. A acessibilidade universal aos fóruns e outros formatos de interação política (como postagens em redes sociais, seja ela em forma de texto, imagem ou vídeo) também é necessária para fornecer uma diversidade de pontos de vista e garantir que as vozes subalternas sejam reconhecidas, embora isso não garanta uma discussão substancial. Porém o mais importante a sublinhar aqui é o que o autor chama de nova topografia, que é a arquitetura do ciberespaço. Segundo ele, é importante compreendê-la já que tempo e espaço sempre foram componentes tradicionais da ação política, (leia-se frente a frente, em um determinado local, normalmente com limitações temporais) e agora foram subvertidos por um

⁸ "With deliberative democracy, interlocutors in a political debate need to provide reasons to support their arguments, reasons that can be validated intersubjectively in a public space free from the interference of corporate powers seeking to mobilize purchasing power or entrenched political actors attempting to manipulate voter preferences." (Tradução livre da autora)

local-evento no qual anonimidade, isolamento e sincronismo são familiares dentro da esfera pública. Salienta-se que, em função de ser uma obra do começo dos anos 2000, ela encontra-se desatualizada no que se trata dos artefatos tecnológicos os quais traz como exemplos, no entanto seu argumento não se tornou obsoleto como as ferramentas que descreve. Na época, o autor já observava que as promessas que essas quatro características da vida política digital trazem são questionáveis em função de o controle da maioria dessas tecnologias, de provedores de internet a desenvolvedores de software e até CEOs de redes sociais, estarem nas mãos de grandes corporações com interesses comerciais. Astra Taylor, crítica da plataforma e cujo ponto de vista se alinha com Wilhelm, evidencia através de estatísticas, embasada no pensamento do autor, como o ciberespaço reproduz as desigualdades da própria sociedade. Ela enfatiza como a web é, de fato, estruturada, embora seja aberta, e como o sistema elaborado ao redor de *hubs* e *links* traz a superfície o potencial monopolizador que está intrínseco em sua própria arquitetura. Redes que começam difusas podem e provavelmente irão desenvolver-se em hierarquias não apesar de mas por causa de sua natureza aberta e plana. Isso se dá em função da influência online organizar-se em torno de extremos, onde tudo até um determinado limite torna-se cada vez mais fraco, enquanto aqueles que primeiro conseguem atravessá-lo tornam-se amplamente populares e por consequência enriquecem. Ela traz exemplos contemporâneos que atualizam a argumentação de Wilhelm, enfatizando como embora seja possível achar conteúdo a respeito de praticamente qualquer assunto online, ainda há uma ferramenta de busca líder (o Google), uma grande loja de livros (a Amazon), um mercado predominante (eBay, já que ela observa principalmente o cenário americano) e um site popular para assistir filmes e séries (a Netflix) (Taylor, 2014). Em tese, ela completa, depois de uma conversa com um investidor que detém grande parte das ações do Facebook, encontra-se pouquíssimos indivíduos bem sucedidos que controlam centenas de milhões de pessoas. A rapidez com a qual determinado conteúdo ou plataforma pode ganhar público favorece esse processo de dominação dos mais fortes sobre os mais fracos, mesmo em redes públicas de acesso universal.

3.1.2 Wilhelm e autores interlocutores

O autor elaborou essa reflexão tanto a partir dos ensinamentos de Jürgen Habermas, quanto em função de dados de suas pesquisas empíricas de análise de conteúdo. Toda a pesquisa de Wilhelm é alicerçada na análise de conteúdo, de acordo com as técnicas

habermasianas. Todas as suas teses e afirmativas partem da observação e da análise de atores políticos em fóruns virtuais. Segundo ele, “ao examinar precisamente o que é dito e a que medida as postagens são abordadas por outros membros, podemos avaliar a extensão para a qual esses fóruns vão ser úteis para articulação de questões para serem avaliados pelo aparato político” (Whilhelm, 2000, p. 28)⁹. Apoiado nesse raciocínio, realiza uma crítica a Benjamin Barber e seus pontos de vista distópicos a respeito da política mediada por tecnologias digitais, mas ainda se mantém cético e não as idealiza como outros autores contemporâneos (Manuel Castells sendo o exemplo mais próximo deste estudo). O autor argumenta que Barber se apoia na lógica *arendtiana* defendendo a comunicação face a face como ideal para se fazer política e a mediada como a alternativa suspeita. Em seguida, apresenta inconsistências em sua teoria, percebendo que em determinados momentos ele defende que as formas de comunidade formadas no ciberespaço seriam abstratas e intangíveis demais para se tornarem ação na esfera pública, no entanto sua definição de público, que resume-se em pessoas agindo em conjunto para negociar ações coletivas não desqualifica por si só as variações virtuais de ação política. Wilhelm aponta que Barber fica cada vez mais pessimista em seus trabalhos mais tardios, e trata intenções debates e deliberações políticas como quase impossíveis de acontecerem na web devido ao que ele chama de “interação anônima tela-para-tela”¹⁰.

O pensador reitera por vezes a importância do *set* de habilidades e conhecimentos necessários para que haja interação política online. Esse aspecto merece destaque pois não é qualquer tipo de contato em rede que pode ser considerado político, pelo contrário, é rara, mesmo nos fóruns e comunidades virtuais especificamente destinados ao debate e a deliberação, a observação desses dois fenômenos. Porém não é apenas esse pré requisito que diferencia o acesso às redes e varia o uso das tecnologias de informação e comunicação de um espaço para outro. Embora as tecnologias emergentes continuem fomentando a prática da política em suas plataformas e lançando cada vez mais dispositivos em que se pode adquirir sinal de internet, esses produtos são frutos do sistema capitalista e visam, antes de mais nada, a comercialização massiva. Isso exacerba as diferenças entre usuários desses espaços públicos virtuais ou físicos de acordo com classe, raça, gênero, etnia, nacionalidade e outros. Portanto, Wilhelm propõe uma diversificação de vozes nesses espaços, ou seja, que a praça que já é

⁹ "By examining precisely what is said and to what extent participant postings are addressed by others, we can evaluate the extent to which these types of forums will be useful for the articulation of issues to be addressed by the political apparatus." (Tradução livre da autora)

¹⁰ "anonymous screen-to-screen interaction" (Tradução livre da autora)

usada para deliberação, que inclui debate, discussão e persuasão, também promova a inclusão de novas ideias e de vozes nunca antes ouvidas. Além disso, ele defende, também a partir de Habermas, que para que se chegue a um acordo todos os argumentos devem ser sujeitos a críticas e validações por parte dos outros atores e que os critérios que definem quais ideias são melhores ou mais adequadas que outras são aquelas que se comunicam melhor e tem validade para a maior parte do grupo. Visto isso, o autor se questiona se a internet enquanto meio e plataforma oferece essas possibilidades, não só em torno das diferentes apropriações das TICs por diferentes camadas da sociedade, mas porque ele percebe a validade das redes sociais digitais enquanto modo de expressão do ser e da identidade mas apresenta incertezas quando se trata de ela proporcionar ações coletivas políticas e organizadas. Ele completa:

Dito isso, a remoção de obstáculos para o fluxo livre de ideias é uma condição necessária, mas insuficiente para atingir diálogo político deliberativo, sendo ele face a face ou virtual. Acordo entre pessoas não é determinado somente pelo número de ideias que podem ser vocalizadas, transmitidas ou disseminadas. Mesmo a internet sendo um potente meio de expressão de si, ainda vai se ver o quão efetiva pode ser para ação coletiva. (Wilhelm, 2000, p.42)¹¹

3.1.3 A questão da deliberação

Ao se aprofundar na questão da deliberação e no debate do quão deliberativa pode ser a ação política mediada, o autor evidencia uma série de particularidades da deliberação e de como ele se dá ou não nessa esfera pública que mescla o virtual e a praça. Agir politicamente não requer só discursar e gastar tempo construindo seus argumentos e méritos, mas também dedicar momentos de reflexão a respeito dos discursos alheios antes de responder ou atacar argumentos de prontidão. Deliberar, conforme o autor define, significa pensar sobre uma questão, contemplando suas vantagens e desvantagens, bem como os possíveis intercâmbios de informação e interesse que podem acontecer para contemplar ou prestar suporte para determinada questão ou agenda. Essa atividade não é possível a não ser que a comunicação pública tome tempo para ponderar a respeito dessas questões e responda ao interlocutor na esfera pública apenas depois de contemplar sobre os méritos e deméritos de sua posição. É aí que se encontra o maior problema, para o pensador. “Deliberação ou reflexão crítica-racional

¹¹ "This said, the removal of obstacles to the free flow of ideas is a necessary but insufficient condition for achieving a deliberative political dialogue, whether it be face-to-face or virtual. Agreement among people is not determined solely by the number of ideas that can be vocalized, broadcast, or netcast. While the Internet may be a potent medium for self-expression, it remains to be seen how effective it will be for collective action." (tradução livre)

é entendida como uma condição necessária de conversas políticas online salutares, sem as quais a democracia digital deve seguir a liderança da mídia “madura” e falhar em atingir nossas expectativas” (Wilhelm, 2000, p.87)¹² observa o pensador. Para ele, existem três condições básicas que tornam possível o ato de deliberar, são elas: mensagens políticas substanciais podem ser trocadas por um longo período; existe possibilidade de refletir a respeito dessas mensagens, bem como para que se dê continuidade a essa reflexão e debate; e que mensagens podem ser processadas de maneira interativa, cujas opiniões estariam sendo testadas por argumentos rivais. Entretanto, de acordo com todo o argumento que o autor constrói a seguir, parece que esses traços do processo de deliberação que deveriam se manifestar do ato político mediado por computador não aparecem. Ele diagnostica usuários que participam dos fóruns que estuda¹³ apenas como observadores, ou como aqueles que só manifestam, mas não "escutam" ou refletem. A partir da sua investigação ele percebe como a maioria das pessoas que realiza postagens, mas não responde às postagens alheias e não interage com outros atores, a não ser quando é para defender sua opinião, não é um indivíduo disposto a participar de um processo deliberativo. Isso porque a possibilidade de que este se disponha a mudar de opinião a partir de um debate é ínfima, afinal ele não faz o exercício da reflexão a respeito do discurso do outro. Nesse espaço de conversação (que pode ser ciberespaço) no qual pessoas se juntam para discutir problemas, formar opiniões e planejar ações é onde esses atores expressam suas vozes, ouvem as de seus semelhantes (ou não) e refletem a partir delas para depois procurarem por soluções juntos. O autor argumenta que a capacidade dos cidadãos de resolver problemas e de se articularem está prejudicada, consequência direta de dois aspectos: o primeiro, o fato de que toda a mídia de massa e as plataformas de mídias digitais inclusive são controladas por oligopólios capitalistas cujos interesses do cidadão não são prioridade; o segundo como as tecnologias digitais acentuam as diferenças sociais e políticas entre os atores, dando destaque àqueles cujas capacidades de interação política na rede são limitadas ou nulas.

¹² "Deliberation or critical-rational reflection is understood to be a necessary condition of salutary political conversation online, without which digital democracy may follow the lead of “mature” media and fail to meet expectations.” (Tradução livre da autora)

¹³ A referência a fóruns aparecerá com frequência ao longo desse capítulo em função do período da análise de conteúdo realizada por Wilhelm, que antecede o advento das redes sociais, ser marcado pela popularização dos fóruns de opinião.

3.1.4 Os Haves e have-nots

Como já mencionado, Wilhelm traz destaque em sua obra para a desigualdade de acesso a web que se vivia no começo dos anos 2000. Embora em 2017 vivamos uma realidade bastante diferente e tenhamos uma penetração de internet muito maior e uma sociedade globalizada, os números ainda preocupam. No Brasil, por exemplo, de acordo com dados do IBGE de 2014, medianos 54% da população tem acesso à internet regularmente. Assim, ele nota que o engajamento político cibernético seria mais notável entre as classes mais privilegiadas e educadas, em função da grade de conhecimentos que esses movimentos necessitam para florescer. Em 2000, ano de publicação de sua obra, Wilhelm já diagnosticava as características dos movimentos de rede que se popularizaram a partir de 2008, que em geral eram iniciados por jovens universitários com acesso a informação, considerados qualificados porém desempregados. Arrisca-se dizer que ele previu a crise da mão de obra qualificada. Então ele sugere que voltemos o olhar para a outra camada, aqueles que não estão nesse grupo, os excluídos. O autor sugere que o progresso seja medido a partir do impacto que a tecnologia tem na vida dos menos privilegiados, e não dos mais. Ele opta por, embora insatisfeito com o binarismo, definir por “*haves*” e “*have nots*” aqueles com e os sem acesso a tecnologia e/ou com e sem conhecimento necessário para interagir com essas tecnologias. Assim, ele destaca que os *have-nots* não são um fenômeno homogêneo e não deve ser tratado como tal, e sim um grupo de indivíduos tão diversificado quanto aqueles com acesso a informação e tecnologia. Suas diferenças culturais, étnicas, raciais, econômicas, ideológicas, religiosas e de gênero os afetam tanto quanto afetam os favorecidos. Logo, medir o progresso a partir do impacto da tecnologia na vida dessas pessoas, seria observar as mudanças que ela pode ter proporcionado em comunidades menores. Naquele período, Wilhelm ainda tratava do dilema da insuficiência de bibliotecas públicas e computadores nas escolas para proporcionar acesso à internet, hoje o contexto é diferente e ter internet em seu dispositivo móvel é não só eficiente, senão básico. Pelo aumento significativo de usuários em redes sociais como o Facebook de lá até aqui e da atividade online da comunidade periférica percebeu-se que quase todos estão conquistando espaço virtual. Essa diversificação de vozes intensifica o processo político, mas não é o bastante para que ele aconteça. É crucial observar esses fenômenos segundo o autor porque ele descreve um efeito que ele apelida de “*Red Queen Effect*” baseado na história de Alice no País das Maravilhas, esse efeito se consiste na noção de que a população em geral, principalmente a menos favorecida e com menos acesso a tecnologia e

informação, os *have-nots*, tem dificuldade de acompanhar o ritmo da economia, da política, dos avanços tecnológicos e da sociedade, o que os evidencia enquanto uma forma de alienados e exacerba ainda mais as diferenças entre os *haves* e *have-nots*.

Ele critica as discussões online baseado em sua análise de conteúdo de fóruns de cunho político afirmando que conversas politizadas em que havia ponderação racional de todas as partes eram raras e rapidamente transformavam-se em provocações ideológicas e até pessoais, no que ele define como “*push-button democracy*” cuja maneira mais fiel de traduzir seria adaptando o *idiom "push-button"*, que significa despertar raiva ou ira intensa em alguém, como “democracia que toca nas feridas”. Ou seja, um tipo de troca que não caracteriza um debate produtivo e sim uma série de ataques pessoais entre agentes. Esses ataques se dão em diversas instâncias, podendo limitar-se a insultar a ideologia política do próximo desqualificando sua opinião, ou intensificando-se em ofensas severas que abordam a personalidade dos participantes, bem como suas ligações familiares, sua origem ou até raça, gênero e orientação sexual. A partir daí, ele levanta questionamentos acerca do comportamento dos atores nesses espaços e de seus discursos, se eles estão de fato transmitindo conhecimento e informação canalizada a partir de seu meio de se comunicar, a linguagem, de maneira eficaz, com os outros atores. Ao analisar o conteúdo dos argumentos dos discursos ele chega a algumas conclusões e ainda mais perguntas. Primeiramente, destaca o quão questionável é a deliberatividade nas discussões políticas observadas e, a seguir, enfatiza o quanto os fóruns promovem liberdade de expressão, mas pouco fazem para solucionar problemas políticos.

Se uma discussão democrática é definida pelo menos em parte pela qualidade da conversação, então os fóruns analisados nesse estudo não são muito deliberativos. Em vez de ouvir aos outros, pessoas usam as mensagens pra amplificar suas próprias visões. [...] Enquanto esse estudo está de acordo com Sproull e Faraj vendo esferas públicas virtuais como cumprindo a necessidade humana de afiliação, esses fóruns podem estar expandindo liberdade de expressão, enquanto fazem pouco para resolver problemas sociais e políticos. (Whilhelm, 2000, p.98)¹⁴

Seu experimento também revela que, de fato, pouco do discurso político na internet é argumentativo, inclusive o autor inclui uma tabela que mostra os vícios de linguagem dos

¹⁴ "If a democratic discussion is to be defined at least in part by the quality of the conversation, then the newsgroups analyzed in this study are not very deliberative. Rather than listening to others, more times than not persons opposed to a seed message used it to amplify their own views. [...] While this study accords with Sproull and Faraj in viewing virtual public spheres as fulfilling the human need for affiliation, these forums may expand free expression while doing little to solve social and political problems." (Tradução livre da autora)

atores dessas redes e o quanto seus discursos são suportados por justificativas, mas elas não são reforçadas por argumentos que possam ser validados. Em sua tabela, ele separa as postagens em sete grupos, eles são:

Fornecer (*provide*): Uma mensagem que apenas fornece informações de outros participantes na forma de fatos, opiniões e outros;

Buscar (*seek*): Uma mensagem que inclui evidências de busca de informações sob a forma de consultas, comentários abertos e outros;

Semear (*seed*): Uma mensagem que planta uma semente para discussão, geralmente fornecendo a base para um tópico, sempre o primeiro em uma série de mensagens de resposta;

Incorporar (*incorporate*): Uma mensagem que inclui opiniões ou idéias extraídas de outros, sejam eles especialistas ou outros cidadãos, mas não aqueles que participam do intercâmbio em questão;

Resposta (*reply*): Uma mensagem que é a resposta ou resposta a outra mensagem publicada anteriormente;

Validação (*validate*): Uma expressão sujeita a crítica e fundamentação avaliada à luz das relações internas entre o conteúdo semântico dessas expressões, suas condições de validade e os motivos (que poderiam ser fornecidos, se necessário) para a verdade das declarações ou para a efetividade de ações;

Não validação (*novalid*): Uma expressão que não apresenta condições de validade nem razões para a verdade da afirmação - em vez disso, os recursos são feitos em grande parte por preconceito pessoal, emoção ou julgamento estético.

(Wilhelm, 2000, p.94)

As categorias que interessam para fins de justificativa dos argumentos apresentados nesse trabalho são a validação e a não validação, lembrando que uma mesma postagem pode se encaixar em mais de uma categoria dependendo do seu conteúdo. De acordo com os dados apresentados pelo autor, mais de 30% das postagens apresentam elementos de não validação, ou seja, se encaixariam na chamada *push button democracy*, nas quais as opiniões não são embasadas com argumentos coesos e sim com insultos. Porém a validação ainda supera consideravelmente a não validação, representando 65% das postagens e de certa forma contradizendo as previsões pessimistas do autor. Destaca-se que o puro fornecimento de informações, partindo ele das opiniões dos outros participantes do fórum ou de fontes externas, ainda é, de longe, o componente mais presente nos posts analisados pelo autor, diagnosticado em praticamente todas as mensagens.

3.1.5 Conclusões e previsões

Seguindo o pensamento do autor, a tecnologia muda o ritmo do discurso democrático. Como a web impõe novas regras à prática política, o discurso também tem que se adaptar. No fenômeno da ação política medida por redes digitais, é muito comum que não se tenha resposta imediata de outros atores em determinada postagem, também é possível que hajam postagens anônimas ou feitas em nome de grupos tão grandes que seria impossível responsabilizar um indivíduo. Ou mesmo quando não é anonimidade de fato, a sensação de estar falando através de um perfil que representa você em uma plataforma online e não de frente para seu par parece mais segura em algumas instâncias, o que torna muitos desses atores agressivos. O autor sublinha que a soma do tempo para pensar na resposta, já que não existe necessidade de imediação, mais a perda da timidez ou do medo devido a anonimidade ou sensação dela é que dá pro ator esse poder de julgamento. Desse jeito, embora a internet permita engajamento amplo questiona-se como ela está sendo explorada do ponto de vista ético.

Embora a batida seja frequentemente ouvida que a a democracia liberal está se movendo em direção a uma forma mais direta de participação política e cívica, em parte por causa das tecnologias que permitiram engajamento em casa, existe uma grande lacuna entre o que pode ser feito tecnologicamente e o que deve ser feito, de um ponto de vista político e ético. Se os assim chamados cidadãos da internet não trouxeram suas opiniões à luz do dia, então discurso político atenuado e “democracia que toca na ferida” devem ser a marca d’água que representa a era da informação. (Wilhelm, 2000, p. 103)¹⁵

A partir dessa premissa, ele sugere soluções e estratégias para melhorar a qualidade deliberativa das plataformas online ou aprofundar os debates nos fóruns políticos e reafirma que liberdade de expressão é necessária mas não basta para construir um espaço político virtual coeso. Ele começa com uma seção que exploraria várias estratégias para melhorar a qualidade do diálogo político online com base na adoção de certas técnicas de resolução de conflitos no ciberespaço. Para desenvolver os espaços públicos que envolvem a resolução de problemas e a negociação de ações coletivas, seriam oferecidas as três estratégias seguintes: a

¹⁵ "Although the drumbeat is often heard that liberal democracy is moving toward a more direct form of civic and political participation, in part due to teletechnologies that can enable home-based engagement, a wide gap exists between what can be done, technologically, and what should be done, from a political and ethical point of view. If so-called netizens have not tested their opinions in the light of day, then attenuated political discourse and push-button democracy may well represent the information age's high-water mark." (Tradução livre da autora)

primeira, instituir um direito de resposta para que os participantes em um diálogo sejam obrigados a validar e defender suas idéias contra as críticas; a segunda incentivando painéis moderados em que a facilitação pode ocorrer para fornecer organização e direção para discussões de outra forma sem escrutínio; e a terceira facilitando diálogos entre diferentes fóruns em que os membros do grupo são obrigados a considerar pontos de vista alternativos como frases próprias. O autor enfatiza a necessidade de mediação nessas interações políticas denotando-a como fundamental para o seu sucesso. A facilitação de argumentação entre agentes de tomada de decisão ou como questões ampliadas a serem abordadas pelos decisores políticos encaminha o debate para uma conclusão. Ao construir pontes - seja solucionando conflitos, planejando o futuro do grupo, resolução de problemas colaborativa ou questões prioritárias - um facilitador qualificado e confiável é muitas vezes necessário para gerenciar o fórum e criar uma ordem fora do caos potencial.

Ele arremata seu pensamento, porém sublinhando o generalizado desinteresse pelos assuntos públicos em função da realidade de aparências na qual vivemos, que começa com o a popularização da televisão e que se enfatiza com o a penetração das redes sociais. Ele caracteriza os debates virtuais como meras simulações do que seria uma tomada de decisão da esfera pública real e justifica na seguinte passagem:

À medida que as notícias e questões de interesse público foram empurradas para as horas sonolentas dos formatos de televisão e como a distinção entre fato e ficção foi cada vez mais descartada, a esfera pública dos meios de comunicação de massa tornou-se apenas uma aparência. Uma nova realidade emergiu, mais saborosa para o consumo, que minimizou e denegriu o argumento racional-crítico como uma relíquia de uma era passada, uma era antes da biografia desbancar a política. (Wilhelm, 2000, p.145)¹⁶

Aqui, nota-se como Wilhelm, embora crítico de Arendt, aponta como o foco do ser nas questões pessoais, privadas, sociais e biográficas afetam drasticamente sua participação política e fazem sua penetração na sociedade cada vez mais rasa.

3.2 Diana Saco e a Democracia Cibernética

¹⁶ "As the news and public-interest issues were shoved to the slumber hours of television formats and as the distinction between fact and fiction was ever more frequently cast aside, the public sphere of the mass media became one in appearance only. A new reality emerged, one more palatable for consumption, that downplayed and denigrated rational-critical argument as a relic of a bygone era, one before biography displaced politics." (Tradução livre da autora)

Diana Saco, norte-americana assim como Wilhelm, publica sua obra apenas dois anos depois do autor, mas já com conclusões muito menos pessimistas que as identificadas anteriormente. Em sua análise de Arendt e Habermas, ela leva em consideração os lapsos de raciocínio dos pensadores e as inconsistências de suas teorias para sustentar um argumento fenomênico bastante consistente com a realidade de 2017, considerando a data de publicação original da obra, que é 2002. Ela inicia sua reflexão propondo questionamentos acerca da mediação eletrônica da democracia, sugerindo a questão fundamental subjacente a posicionamentos extremistas que é se uma democracia mediada eletronicamente pode existir. Seriam as formas de comunicação pública que são centrais para o bom funcionamento de uma política democrática possíveis nas condições da mediação eletrônica? E, se sim, de que forma (ou em que meio)? Ou deveria a comunicação pública sempre ser sem mediação para evitar sua distorção, sua delimitação e seu controle por outros interessados e poderosos? Saco aponta que os oponentes e proponentes da internet atingem um impasse no que tange esse assunto e se propõem, através de sua pesquisa, tentar solucionar essas questões.

3.2.1 Corpo, espaço e tecnologia

A autora aprofunda-se na fenomenologia do espaço e do corpo para assim compreender as noções de ciberespaço e da “não-presença” virtual, através de um método questionador e crítico embasado em uma combinação de autores clássicos com pensadores pós-modernos. Seu debate central ocorre ao redor dos questionamentos exibidos acima, os quais a autora se propõe a esclarecer em três etapas: espaço, corpo e tecnologia. Esse trabalho vai voltar o olhar especificamente para os aspectos de corpo e espaço, e reinterpretar o aspecto tecnológico em função das ferramentas com as quais Saco trabalhou na época encontrarem-se ultrapassadas, mas da maioria de suas ideias ainda serem apropriadas para o debate proposto por esse trabalho.

A pensadora destaca ao longo da construção da sua discussão de espaço como existem diferentes noções de espaço, embora as mais ordinárias ainda tivessem dificuldade de reconhecer enquanto espaço tudo aquilo que não fosse físico ou tangível. Em outros termos a percepção moderna de espaço tangia entre aquilo que é geograficamente definido, ou que é habitado, ocupado, onde algo de fato está. Ela sublinha as definições de Marx - que englobam conceitos de relações físicas, mentais e sociais, bem como noções de trabalho e lazer, reiterando as noções *arendtianas* das esferas pública e privada - e adapta em um conceito de

espaço de representação na qual a experiência física ou social de um espaço depende de movimento, que é de onde se origina a perspectiva de que espaços de uso público também podem ser espaços de resistência. Nas palavras da autora:

Espaços de representação podem incluir espaços quase surreais onde o ponto não é diretamente dar ordens significativas, mas perturbar, transferir ou até ressignificar. Espaços vividos, nesse caso, são potenciais locais de resistência. Um produto de todos esses três processos espaciais, então o espaço social é o esforço imbricado de (1) relações materiais percebidas que permitem que certas trajetórias; (2) conceitualizações estratégicas que pretendem ordenar os movimentos humanos, e (3) práticas vividas envolvendo tanto reprodução passiva dessas ordens espaciais e contra-táticas criativas que tentam resisti-las. (Saco, 2002, p.6) ¹⁷

Primeiramente, ela rejeita a noção de que o espaço é neutro e inclusive destaca que o espaço em si é central para reprodução de relações econômicas e políticas, mesmo sendo afetado diretamente por essas relações. Segundamente ela decorre a respeito da heterotopia *foucaultiana* e de como ela adota essa perspectiva do filósofo para teorizar espaços e a presença dos corpos. A autora interpreta a heterotopia como uma maneira de descrever a pós-modernidade, é como um entre-espaço de contradição, de contestação: um espaço que imita ou simula espaços vividos, mas enquanto o faz, traz esses mesmos espaços nos quais vivemos a questionamento (Saco, 2002) são espaços de alteridade, de desordem. Saco adiciona esse aspecto à sua interpretação não só como maneira de buscar caminhos diferentes às conclusões de Foucault e Marx, que em suma tendem a conclusão da heterotopia como um espaço entre o vivido e o que pode ser chamado de virtual, mas também para responder à maneira como eram recebidos os estudos de democracia mediada por novas tecnologias. Ela enfatiza um aspecto paradoxal da tecnologia e do acesso à internet com o qual nenhum dos outros autores selecionados trabalham, a fiscalidade do online. Embora hoje já fale-se em ter-se perdido a noção entre online e off-line e que esses dois aspectos de nossas vidas já podem ser tratados como um só, a autora lembra que embora muitos elementos que envolvem nosso acesso à web sejam invisíveis, ainda é necessário o contato físico com um aparato para que se tenha acesso a ela. A nuvem de informação é um ótimo exemplo contemporâneo, nela trabalha-se com arquivos hospedados em uma bolha de bits e dados invisível, como se isso fosse de alguma forma possível. Esses dados, de fato, tem forma física, eles só estão armazenados em um

¹⁷ Spaces of representation may include quasi-surreal spaces where the point is not so much to give meaningful order, but rather to disrupt, postpone, and even overturn meaning.⁸ Lived space, in this respect, is a potential site of resistance. A product of all three of these spatial processes, then, social space is the imbricated effect of (1) perceived material relations that enable certain trajectories, (2) “strategic” conceptualizations that strive to order human movements, and (3) lived practices involving both a passive re-production of those spatial orders and creative counter-“tactics” that attempt to resist them. (Tradução livre da autora)

computador cujo acesso é restrito e que o usuário desconhece a localização, o que causa a falsa impressão de estarem flutuando em uma nuvem. Ela conclui esse ponto denotando que a distinção entre o físico e o virtual não é um que pode ser completamente abandonada. Isso evacua a noção do que é distintivo no ciberespaço: a não-fisicalidade parcial ou, melhor, seu tipo de fisicalidade diferenciada.

3.2.2 Sociabilidade sem faces

Como já destacado, Saco tem enquanto característica um texto bastante interrogativo, ou seja, que constrói seu raciocínio a partir de perguntas para as quais ela busca respostas. Na sessão 2.2.1, todo argumento foi construído ao redor da questão “existe fisicalidade no virtual?”, que embora não tenha sido formulada dessa forma pela autora, pode ser simplificada dessa forma. A presente sessão desenvolveu-se acerca de “existe sociabilidade sem faces?” A autora criou a expressão idiomática “sociabilidade sem faces”¹⁸ para representar esse tipo de relação virtual que era construída no começo dos anos 2000, antes da popularização das redes sociais digitais, quando a maioria dos encontros virtuais eram semi-anônimos não só por não serem incorporados (físicos) mas por oferecerem poucas informações a respeito dos usuários. Atualmente, essa expressão acabaria substituída por alguma outra por uma questão semântica e não de significado: embora nossas redes atualmente não só as revelem as faces mas as anunciem (como o *facebook*), o que a autora entendia por sociabilidade sem faces ainda se aplica: nossos rostos estão expostos, mas estamos mais escondidos atrás de nossos teclados do que nunca. Ela se questiona se é possível que haja interação social, logo troca e assim comunicação, debate e deliberação política mediada eletronicamente. Portanto ela se detém a estudar a fenomenologia dos corpos e do ciberespaço para, a partir de Schütz e Luckmann, diferenciar os encontros mediados dos encontros face a face, e também de buscar respostas para se interação mútua é possível em um contato mediado.

As implicações disso para o ciberespaço deveriam ser aparentes agora. A questão que motivou minha digressão na fenomenologia foi se alguém pode falar do ciberespaço, como um espaço social, sem lá estar, como um componente de um espaço físico no qual seres humanos podem se encontrar ao vivo. A resposta, pelo menos como sugerida por Schutz e Luckmann é um "sim" qualificado: qualificado no sentido de que eles não conseguem

¹⁸ “sociality without faces” (Tradução livre da autora)

imaginar um mundo que não tem suas raízes em encontros face-a-face. (Saco, 2002, p.33)¹⁹

A pensadora evidencia que os filósofos dos quais retira esse raciocínio reconhecem que vários modos de comunicação cada vez mais remotos ainda permitem uma espécie de interação mútua mesmo que mediada - ou seja, de intercâmbios sociais interativos que se desenrolam sob a direção mútua e recíproca dos participantes sem a sua presença física e temporal. De acordo com o estado da tecnologia das comunicações, os sintomas através dos quais o outro aparece podem diminuir enquanto a sincronização dos fluxos da consciência pode, até certo ponto, ser mantida: uma conversa cara a cara, mas no escuro, uma conversa telefônica, sinais de fumaça, videoconferências, chats, etc. Podemos, de fato, obter menos pistas visuais, sensoriais ou auditivas sobre o outro (ou seja, dos sintomas corporais em que o outro é percebido), enquanto ainda derivam ou retém um sentido, através de nossas tecnologias de comunicação interativas, de sua consciência.

Tanto espaços quando identidades são socialmente produzidas, logo o que é preciso é uma concepção muito mais dinâmica de como as novas tecnologias contribuem para a construção desses novos tipos de espaços e identidades. Para tal, Saco se apoia em Barber, Arendt e Habermas e dissemina suas ideias a partir das críticas que elabora do pensamento de cada um desses autores individualmente, bem como da relação entre eles. Ironicamente, embora os três tenham conclusões bastante céticas no que compete tecnologias da contemporaneidade, todos conceitualizam essa dinâmica de maneiras mais sugestivas, oferecendo base para um entendimento mais rico da sedução sem corpo do ciberespaço. Seu desafio é pensar através das tecnologias e não contra elas, como a maioria dos filósofos que estuda. Ela observa, por exemplo, que embora Arendt ao tratar da condição humana e da filosofia da técnica tenha sempre relacionado a revolução tecnológica com propósitos de guerra ou industriais e com revoluções políticas (que acontecem via ação e discurso) ela pouco se debruça na comunicação mesma. Para Arendt, a esfera pública advinha diretamente de agir em conjunto, de “compartilhar palavras e ações”, mas a fisicalidade desse compartilhamento é debatível, de acordo com Saco. Segundo a própria filósofa alemã, nossos corpos são “integrais para nossa aparência no mundo público”, literalmente sugerindo que a

¹⁹ "The implications of this for cyberspace should now be apparent. The issue that motivated my digression into phenomenology was whether one can speak of cyberspace as a social space without there being, as a component of that, a physical space in which human beings could encounter each other in the flesh. The answer, at least as suggested by Schutz and Luckmann, is a qualified "yes": qualified in the sense that they cannot imagine a social world that does not have its roots in face-to-face encounters." (Tradução livre da autora)

presença corporal e física seria necessária para compor um ato público ou ação política de qualquer espécie. Porém na prática, não há passagem na qual a autora diga que não há presença²⁰ sem corpo tangível. Saco acentua o diagnóstico da idade moderna de Arendt para justificar essa preposição, segundo ela, na visão da filósofa as máquinas superam sua posição de ferramentas e se tornam não apenas parte da condição humana, mas um elemento determinante da mesma, portanto: a condição humana consiste em o ser humano ser condicionado por tudo aquilo que é dado ou feito pelo homem, transformando-se imediatamente em uma condição de existência. No caso, o homem se ajusta a um ambiente maquinado no momento em que as projeta, mas não significa que se torna inalienável a ela. A máquina aqui, embora exija adaptação quase que instantânea por parte do homem, exige que o trabalhador a sirva conforme o ritmo natural de seu corpo até que eventualmente esteja pronta para substituí-lo quase que por completo.

A autora finaliza seu debate com Arendt recomendando um desafio para o pesquisador pós moderno que seria, pensar *nas* novas tecnologias e não *contra* elas, visando focar naquelas que se limitam a comunicação e informação, e não como Arendt, que se mira nas de transporte e indústria. Ela enfatiza que a abordagem a respeito das TICs, partindo da filosofia Arendtiana, mas trazendo-a para as relações interpessoais e principalmente a política gera debates e conclusões sobre espaços públicos para falar e agir, e finaliza: "Na verdade, dada a sua ênfase considerável na fala, é surpreendente que a Arendt nunca aborde o papel das tecnologias de comunicação na era moderna."²¹ (Saco, 2002, p.53)

2.2.3 Corpos no ciberespaço

O próximo questionamento que Saco levanta é em relação a agência política, sobre se posicionar, ela pergunta até que ponto as construções contemporâneas de cidadania dependeram de entendimentos convencionais de corpo e espaço, mais especificamente: na visibilidade de corpos em espaços físicos. Assim ela revisa as noções de corpo físico e usuário virtual e relembra que todo usuário virtual também é um corpo que tem experiências vividas e que elas interferem umas nas outras. Ela sublinha:

Minhas topografias revelaram, no entanto, que a espacialidade física, conceitual e experimental que é o ciberespaço complica tais apreensões

²⁰ Por presença quer dizer-se *dasein*, noção heideggeriana de existência, o ser que se entende ser.

²¹ "Indeed, given her considerable emphasis on speech, it is surprising that Arendt never addresses the role of communications technologies in the modern age." (Tradução livre da autora)

políticas; não simplesmente por fazer indivíduos incorporados “invisíveis” na Internet (uma noção que, de fato, eufemiza o problema), mas também por confundir a mais ampla variação de distinções familiares - ex.: presença/ausência, corpo/persona, offline/online - através do qual tendemos a entender o que vemos e o que não vemos, quem somos, onde estamos e as comunidades às quais pertencemos. Essas observações se relacionam diretamente com questões a respeito do ciberespaço como uma condição de possibilidade para o exercício de certos tipos de práticas políticas. Em outras palavras, tratam da Internet como um *espaço de política*. (Saco, 2002, p. 141)²²

Ela defende que esse espaço de política, em função de estar em um espaço cibernético que não é familiar a todos coloca aqueles que são familiarizados em posição de privilégio em relação aos que não são, o que significa na prática que o espaço de política do ciberespaço também naturalmente gera uma política do espaço que ordena e normaliza seus usuários. Ela argumenta que esse paradoxo representa os esforços dos participantes dessa esfera pública virtual em descobrir seu funcionamento, seus limites ou ausência deles e como desenvolver maneiras de fazê-lo mais seguro para seus agentes políticos. Sua ideia é propor uma avaliação crítica das noções de ciberespaço e democracia que sustentam esses esforços para reinstaurar algum tipo de ordem com o advento das comunicações digitalmente mediadas.

A experiência do contato mediado se difere do contato físico não só em função da ausência do corpo presente, mas porque a representação de quem somos, o *self* na web se constitui de palavras e imagens pixelizadas em uma tela, ou seja, a experiência é submetida a diferentes medidas com diferentes significados ligados a elas. Enquanto o tamanho físico, por exemplo, é irrelevante no ciberespaço, outras características podem se destacar. A disparidade financeira e de recursos tecnológicos é com certeza mais relevante, na percepção da autora. Mesmo atualmente, esse argumento ainda pode ser sustentado de diversas formas. Astra Taylor evidencia em seu capítulo “ingestão desigual”²³ não só as desigualdades financeiras e de acesso, que compõe obviedades para o pesquisador de internet, mas como em 2015, ano de sua publicação, a discriminação de gênero ainda tinha destaque relevante. Não só em função de apenas 1,5% das programadoras serem mulheres, mas também a partir de um estudo da

²² "My topographies also revealed, however, that the physical, conceptual, and experiential spatiality that is cyberspace complicates such political apprehensions; not simply by making embodied individuals “invisible” on the Internet (a notion that, in fact, oversimplifies the issue), but rather by confounding the wider array of familiar distinctions—e.g., presence/ absence, body/persona, offline/online—through which we have tended to understand what we see and what we do not see, who we are, where we are, and the communities to which we belong. These observations relate directly to questions about cyberspace as a condition of possibility for the exercise of certain kinds of political practices. In other words, they address the Internet as a *space of politics*." (Tradução livre da autora)

²³ “unequal uptake” (Tradução livre da autora)

Universidade de Maryland que sugere que postagens em fóruns de cunho político ou em blogs do mesmo assunto realizados por usuários com *usernames* femininos estavam sujeitos a 25% mais insultos e mensagens maliciosas que os masculinos ou neutros.

Entretanto, a autora afirma: “A tecnologia da Internet, se não nivelou, ao menos reduziu uma importante lacuna de poder: o poder da comunicação de massa”²⁴ (Saco, 2002, p. 152) Ela compara a comunicação mediada por computador ao próprio encontro face a face ou a comunicação telefônica, por exemplo, em função de ser uma via de mão dupla, de forma que o *feedback* é imediato e vêm de ambos os lados (no caso da Internet, assim como em reuniões em grupo, podem ser múltiplos lados e não apenas dois). No caso, ela quer sublinhar o rompimento da estrutura um-muitos da comunicação passiva convencional na qual um pequeno grupo de organizações é responsável por produzir todo conteúdo e a vasta maioria dos indivíduos se limitam a consumi-lo.

Antes de concluir, Saco ainda se pergunta acerca de segurança e vigilância, bem como de liberdades civis na Internet. Naquela época, a legislação ainda não estava completamente preparada para receber a Internet, muito menos para lidar com as potenciais ilegalidades que poderiam ser cometidas através dela, logo ela se questiona acerca das liberdades civis, das normas sociais, mas principalmente sobre o comportamento online e comenta que a estratégia ideal de para desenvolver uma esfera pública virtual seria readaptar o um pouco do ciberespaço e muito da sociedade. (Saco, 2002). Para reconfigurar a sociedade e o ciberespaço, a autora usa um argumento baseado em noções de conhecimento e educação tecnológica, desenvolvimento de design apropriado e ferramentas adequadas e seguras aos usuários e na liberdade que os mesmos terão de explorar esses espaços e se expressar diante deles. Saco também retoma a noção *arenditana* de que, em algumas situações, pode ser perigoso manifestar-se. Segundo a filósofa tomar uma posição publicamente pode significar botar a vida em jogo, literalmente. Sua intenção é destacar a coragem à qual Arendt se refere entre os cidadãos antigos, coragem essa necessária para fazer-se visível, que para Saco ainda é elemento crucial no fazer político do cidadão moderno e digital. Logo, ela evidencia uma preocupação não só com a criação de espaços *abertos* de livre discurso, mas também espaços *seguros* para o exercício da política. Mais que isso, uma política incorporada pelas massas e visível a partir de uma experiência compartilhada que vem à cena e expressa suas vontades, gera respostas e atrai novas vozes. Isso sugere que não deve-se pensar só em como a política

²⁴ "Internet technology, if not leveling, has at least reduced one important power gap: the power of mass communication." (Tradução livre da autora)

funciona no corpo, mas em como incorporamos a política e para que fins. Em concordância com essa premissa, pode-se afirmar que Saco concordaria com Taylor que a solução para um ciberespaço mais justo e mais seguro seria uma sociedade que também fosse. Havendo um trabalho intensivo para melhorar as condições de vida dos subalternos, lhes dando mais oportunidades e mais acesso, isso tornaria a sociedade mais inclusiva e compreensiva e a web cada vez mais aberta e segura.

3.2.4 Conclusões e previsões

Ao concluir, Saco expõe que teóricos políticos deveriam começar repensando suas concepções de espaço, a partir disso ela supõe que assim seria possível explorar melhor os espaços sociais existentes nos quais diferentes sujeitos estão construindo novas estruturas de socialização, e nem todas acontecem de corpo presente. Ela apresenta uma tese de que vivemos em uma democracia mista, uma combinação da participação em alguns espaços sociais, que não necessariamente se limitam a espaços pequenos e locais, e a representação de democracia em outros espaços sociais, que também não necessariamente são territorialmente grandes e impessoais. Ela explica que as tecnologias não devem ser tratadas nem como solução nem como ruína para a democracia, mas sim vistas como questões que devem ser elas mesmas democratizadas através da politização, adotando-as de uma forma mais consciente e sempre mantendo em pauta como debate público e político. Ela completa:

Em vez de tomar uma noção de democracia como ponto de partida, no entanto, me parece que politizar a tecnologia deve ter efeito mais frutífero de politizar a democracia mesma: isto é, de abrir espaço para uma discussão pública do que precisamente queremos dizer com democracia e porque pensamos que algumas formas são melhores que as outras. Eu entendo essa possibilidade ultimamente como a mais democrática por ser mais diversa, mais falível e mais aberto a possibilidades. (Saco, 2002, p. 203-204)²⁵

Em suma, afirma que nenhuma das alternativas, nem o encontro face a face, nem o mediada, oferecem espaços onde corpos (físicos ou não) podem unir-se como público para debater e deliberar seus interesses e suas próprias necessidades. Como um espaço sem corpo

²⁵ "Rather than taking one notion of democracy as the starting point, however, it seems to me that politicizing technology may have the more fruitful effect of politicizing democracy itself: that is, of opening up for public discussion precisely what it is that we mean by democracy and why we think some forms are better than others. I find that prospect, ultimately, more democratic because more diverse, more fallible, and more open to possibilities." (tradução livre)

presente para o ser desavergonhado, no entanto, o ciberespaço promete um êxtase utópico, uma exaltação da ausência corporal que não entrega. Essa falha se deve ao fato do ciberespaço ser um não-lugar que nos impossibilita de habitá-lo completamente. É um ponto de passagem, embora de parada obrigatória, mas de passagem apenas. Diana Saco não consegue chegar a um raciocínio conclusivo e relação ao papel e a importância das relações face a face em interações democráticas no século XXI, mas afirma que se o que faz o ciberespaço sedutor é a ideia de deixar o corpo para trás, essa sedução têm seus limites. (Saco, 2002).

3.3 Manuel Castells e os Movimentos Sociais em Rede

O espanhol Manuel Castells baseia os raciocínios de seu trabalho anterior para desenvolver essa recente análise que pretende ser aprofundada de movimentos sociais em rede. O comunicador e sociólogo famoso por seu termo “sociedade em rede”, que desenvolve em três densos volumes, mas que tem origem na complexificação das correntes de pensamento alemãs e francesas acerca de movimentos sociais, redes de poder, comunicação, sociedade e tecnologia. Diferente de Arendt, que analisa a condição humana per se, Castells se atém a essa sociedade “em rede” e aos quaisquer tipos de condições que decorrerem de suas práticas. Compreende-se que enquanto Arendt estuda o ser humano e a política apesar da, ou alinhado a tecnologia, Castells os observa em função dela e através dela. Nenhuma dessas preposições é equivocada, no entanto suas diferenças vão se destacar durante o trabalho, principalmente no distanciamento dos pontos de vista entre esses dois autores. Castells centraliza seu argumento na comunicação e na necessidade de conexão do ser humano e cerca-se de cases e exemplos de sucesso, porém seu diagnóstico é superficial e embasado em pesquisas de curta extensão e pouca investigação. O pensador opta por enxergar a sociedade, de maneira “esperançosa”, palavra bastante icônica em seu texto, uma utopia, mas que mantém-se fiel às fundamentações teóricas do pensamento previamente construído a respeito da sociedade em rede e das redes de comunicação de poder. Nas palavras do autor:

A constituição de redes é operada pelo ato da comunicação. Comunicação é o processo de compartilhar significado pela troca de informações. Para sociedade em geral, a principal fonte de produção social de significado é o processo de comunicação socializada. Esse existe no domínio público, para além da comunicação interpessoal. A contínua transformação da tecnologia da comunicação na era digital amplia o alcance dos meios de comunicação para todos os domínios da vida social, numa rede que é simultaneamente global e local, genérica e personalizada, num padrão em constante mudança.

[...] Embora cada mente humana individual construa seu próprio significado interpretando em seus próprios termos as informações comunicadas, esse processamento mental é condicionado pelo ambiente da comunicação. Assim, a mudança de ambiente comunicacional afeta diretamente as normas de construção de significado e, portanto, a produção de relações de poder. (Castells, 2013, p.15)

O foco desse trabalho será na produção do autor no que compete especificamente os movimentos sociais em rede, que são manifestações da ação política mediadas por computador na prática. Destaca-se que nessa sua obra mais recente, Castells faz uma extensa narrativa de seus estudos de caso, explicado detalhadamente contextos históricos e acontecimentos políticos que cercam os movimentos sociais que estuda, para depois argumentar acerca desses fenômenos e explicá-los enquanto movimentos sociais em rede. Enfatiza-se que, durante esse estudo, evitar-se-á fazer uma descrição extensa desses exemplos, afim de evitar um texto alongado e repetitivo porque pretende-se ater a comentar as conclusões que o autor chega a respeito de cada movimento e sua análise deles como um todo, e não das particularidades de cada um.

3.3.1 Redes de poder e contrapoder

Toda a linha de argumentação de Castells se constrói a partir dessas redes de comunicação e poder e como o poder só é exercido em função da programação e alteração dessas mesmas redes. Assim, ele sugere uma relação de poder e contrapoder no qual o contrapoder seria a tentativa deliberada de modificar as relações de poder, desempenhando uma reprogramação dessas redes em torno de outros valores, rompendo com as predominâncias enquanto altera redes de resistência e mudança social; e o poder a ação humana conjunta que gera essas redes e que atualmente é administrada de forma gananciosa, avarenta e competitiva por grandes instituições e oligopólios com interesses próprios. Como nota Lievrow, intérprete do autor, o poder é exercido principalmente pela construção do significado na mente humana através de processos de comunicação implantados em redes multimídia globais / locais e a capacidade de se envolver com sucesso em violência ou intimidação requer o enquadramento de mentes individuais e coletivas. Isto é atingido através da constituição de redes de comunicação e mídia em diferentes domínios sociais, econômicos e culturais, ou seja, atores poderosos são capazes de se adaptar e "programar" essas redes de acordo com seus interesses. Os movimentos sociais desafiam esse poder e efetuam a mudança

social, através da "reprogramação" de redes para introduzir e difundir novos valores e esperanças para a sociedade em geral. (Lievrouw, 2011) Logo, da mesma forma que existem redes de poder, formam-se redes de contrapoder, preenchidas com atores de mudança social dispostos a exercer influência decisiva em seu meio e sua comunidade.

Em resumo, para que as redes de contrapoder prevaleçam sobre as redes de poder embutidas na organização da sociedade, elas têm que reprogramar a organização política, a economia, a cultura ou qualquer dimensão que pretendam mudar, introduzindo nos programas das instituições, assim como em suas próprias vidas, outras instruções, incluindo, em algumas versões utópicas, a regra de não criar regras sobre coisa alguma (Castells, 2013, p. 25)

O autor denota que através da comunicação o cidadão da era da informação tem a seu dispor as ferramentas para, através da mídia de massas ou do desenvolvimento de redes autônomas e horizontais, ser porta voz da sua própria história. Sua luta, suas vitórias e suas derrotas vão ser contadas a partir de sua experiência e compartilhadas da forma como a comunicação geralmente se dá, como mensagem através de um veículo. Ele sugere que os movimentos sociais de hoje são fundamentalmente culturais e que o seu sucesso depende da capacidade de um grupo para representar e comunicar suas preocupações particulares à sociedade em geral, aparecendo tipificando valores sagrados, como portadores do mito primordial, que também pode ser nacional e social, e se estabelecendo como inovadores culturais que podem criar novas normas e novas instituições. Atores são construtores de narrativas, os melhores atores políticos são aqueles capazes de representar e comunicar suas narrativas em larga escala para população.

A diferença, segundo ele, são as características desse veículo, já que quando se trata da internet e principalmente da web 2.0, lida-se com um tipo de meio jamais antes trabalhado. Suas possibilidades são inquantificáveis, o que não necessariamente faz dela qualificada. Nesse caso, o que Castells propõe é que se comunicar, agir e ser político é diferente com e sem acesso à web de forma tão marcante que o faz afirmar que os movimentos sociais em rede são pioneiros em seu gênero e devem ser estudados como tal. Embora Castells trate isso quase como uma descoberta, as observações de Saco, Wilhelm e até Arendt já apontavam para essa conclusão. Esses autores (e muitos outros) já indicavam para o fato de que os meios interferem nas atividades humanas, logo que nossas ações mediadas fossem lidas como uma como uma nova espécie de ação pode ser compreendido como uma expectativa.

A soma da crise de legitimidade dos governantes encarregado de conduzir a vida humana, com a degradação das condições materiais da vida é que leva a ação coletiva,

segundo o autor. Mas é importante entender que essa ação começa no indivíduo, que em função de sua insatisfação com seu estado de bens e de direitos, e de como as instituições responsáveis por assegurar esses direitos são administradas, se envolve em atividades com outros atores fora desses canais moldados pelas instituições mesmas. Seu objetivo é defender suas demandas e ultimamente mudar os governantes, formatos de governo e até modos de vida. A origem dessa ação, para o espanhol, está nas emoções. A partir de estudos de caso de ocorrência do fenômeno do movimento de massa através de redes digitais em mais de dez países diferentes, o autor conseguiu identificar traços que são comuns a esses movimentos e que tendem a se repetir.

3.3.2 Características comuns dos movimentos sociais em rede

O primeiro traço identificado são as emoções manifestadas por seus atores. De acordo com a narrativa que Castells constrói, o sujeito que vira ator político de uma rede de contrapoder em um movimento social, seja ele ou não em rede digital, passa por uma jornada emocional complexa que envolve diversos sentimentos. Ao manifestar-se insatisfeito ou indignado com o sistema, o indivíduo primeiro sentiria medo, por ser único, menor, estar sozinho, o que gera ansiedade e a busca por abrigo para distanciar-se do perigo. Porém o processo de ação comunicativa no qual o sujeito engaja com outros e não é mais indivíduo, é ator entre outros atores, faz com que ele sinta-se mais seguro, fazendo da coletividade seu forte apache. O estar em grupo o faz superar o medo, o que também aflora sentimentos de raiva e indignação levando o ator a assumir riscos. No entanto, o viver coletivo também desponta o entusiasmo, que para o autor é a mais poderosa emoção positiva. Mesmo nos estágios iniciais, esses movimentos já fazem com que seus atores sintam cada uma dessas emoções para finalmente sentir esperança. É quando a esperança antecipa as recompensas de uma potencial ação arriscada que as emoções positivas assumem e controlam e o entusiasmo ativa ação. Essa ação comunicativa induz a ação coletiva e a ação política que são os pilares de qualquer movimento de mudança social. Indignação e esperança intitulam a obra não por acaso, mas porque encabeçam quase todos os levantamentos que Castells faz em suas análises de caso. São as emoções centrais para compreender o argumento do autor e como ele justifica o desenrolar desses movimentos.

O autor vê importância em estudar o aspecto tecnológico dos movimentos por ser o que lhes difere das demais revoluções sociais durante a história. As tecnologias que

possibilitam a construção das redes são importantes porque viabilizam o contato e perpetuam a prática continuada que tende a expandir, de acordo com o formato que tomar o movimento. Ele os compreende como um reflexo da sociedade globalizada, já que os observa em locais com realidades sociais, políticas e étnicas completamente distintas um fenômeno que se apresenta com as mesmas características. Os movimentos são simultaneamente locais e globais, o que significa que eles começam com comunidades com problemas específicos e se expandem não só por estarem presentes nas plataformas de redes digitais, mas por estarem em constante contato com o mundo através da internet. A sociedade globalizada permite que um ato de rua em outro hemisfério possa inspirar um coletivo local a fazer algum tipo de movimentação em sua comunidade, independente dos diferentes contextos socioculturais desses lugares. E isso é um elemento fundamental ao estudarmos essas manifestações, elas combinam o urbano e o virtual, o cibernético e a rua. A segunda característica é a constituição de um novo espaço de aparência pública que não é nem um domínio público palpável nem um ciberespaço intangível, mas um híbrido que o autor apelida de espaço da autonomia.

Esse híbrido de cibernética e espaço urbano constitui um terceiro espaço, a que dou o nome de espaço da autonomia, porque só se pode garantir autonomia pela capacidade de se organizar no espaço livre das redes de comunicação; mas, ao mesmo tempo, ela pode ser exercida como força transformadora, desafiando a ordem institucional disciplinar, ao reclamar o espaço da cidade para seus cidadãos.[...] *o espaço da autonomia é a nova forma espacial dos movimentos sociais em rede.* (Castells, 2013, p.164)

Esse espaço combinado é essencial para que o fenômeno aconteça, já que os movimentos de redes digitais só são legitimados e tomam proporções edificadoras quando são levados para as ruas e apropriados pelas massas. Mais que isso, a tendência desses movimentos quando crescem é que se apropriem de espaços públicos e localidades significativas, como marcos ou prédios políticos, e os ocupem mesmo que temporariamente, adquirindo assim um espaço físico símbolo da luta que começou e se perpetua nas redes. Portanto, além de surgir com novas percepções de espaço esses movimentos também relativizam a questão do tempo; o que o autor chama de “tempo atemporal” seria a sensação de que embora perceba-se a passagem dos dias de maneira muito intensa quando vive-se em ocupação, também haja uma projeção de ideias a partir dos debates realizados na rua e na rede que oferecem infinitas possibilidades. Isto é, os atores desse espaço vivem no momento quando se trata de sua experiência e idealizam seu futuro por antecipação no processo de construção histórica, o que engloba a terceira característica.

Em relação a sua constituição, o autor observa que esses movimentos são, em geral, amplamente espontâneos, desencadeados por uma centelha de indignação que se dissemina e que pode estar relacionada a um evento específico (apenas uma aversão às ações dos governantes) ou a um contexto opressor (regimes ditatoriais ou guerras civis). Em geral, os maiores movimentos que se deram até hoje estavam relacionados a escândalos políticos associados a uma população que passava por necessidade e estava mal representada. A indignação perante a situação econômica e as condições básicas de vida se ascende quando esse governo símbolo da insatisfação do sujeito age perpetuando as injustiças cometidas contra ele e em favor de seus interesses, seja aprovando um projeto de lei estapafúrdio ou aumentando o valor da passagem do transporte público. Esses movimentos tem comportamento viral sob duas perspectivas: a primeira é que ele se difunde na comunidade e na rede digital seguindo a lógica da internet, através de discursos objetivos e do poder das imagens. Castells destaca o papel do YouTube nesses movimentos como o principal mobilizador nos estágios iniciais do movimento, que incentiva o indivíduo a se tornar ator, e mais que isso ator político, ao observar registros de outros atores políticos envolvidos em ações coletivas em seus contextos sociais. Logo o movimento é viral para se retroalimentar e ser capaz de continuar existindo e tendo capacidade de se difundir ainda mais, mas é viral também em uma segunda escala, no sentido que se espalha não enquanto ele mesmo, mas enquanto fenômeno social. Ou seja, ver e ouvir protestos e manifestações em outros lugares do mundo, mesmo que por razões absolutamente distintas das de um sujeito e descoladas da sua realidade, desperta mobilização porque desencadeia esperança e com ela a vontade de poder mudar. O potencial viral dos movimentos em rede é mais uma das características comuns observadas pelo autor. Porém, Castells falha em perceber ou ao menos questionar como os órgãos do Estado ou até potenciais inimigos observaram esse fenômeno. Todo montante de governo ou potencial chapa também compreendeu esse comportamento viral e passou a usá-lo a seu favor. Logo, o movimento social digital que para o autor em 2013 parecia tão legítimo, atualmente prova-se cada vez mais manipulável e pouco denso.²⁶

Embora isso cause grandes tensões no cotidiano dos atores envolvidos no movimento, em sua larga maioria eles são autogovernados por seus participantes. Isso significa um movimento sem lideranças em função da desconfiança generalizada em qualquer tipo de

²⁶ No Impeachment da ex-presidente Dilma Rouseff pode-se observar ocorrência de apropriação de movimentos sociais digitais por parte de agendas políticas. O MBL (<http://mbl.org.br/>), movimento que dizia-se apartidário e que liderou os protestos anticorrupção que justificaram a decisão do STF em retirar a ex-presidenta do cargo sem provas de crime de responsabilidade, atualmente declara partidarismo e tem candidatos eleitos.

delegação de poder, o que significa que os movimentos não teriam um só rosto, nem um só discurso, mas sim uma pluralidade de visões e versões na qual todos teriam a oportunidade de participar da tomada de decisões. Portanto as redes de relações tanto na internet quanto nas ruas se formaram de maneira horizontal, visando o companheirismo e a inclusão de todos os atores, mesmo que cada um tendo um papel diferente. Castells aponta que a horizontalidade das redes facilita a cooperação, solidariedade e comunicação ao mesmo tempo em que reduzem a necessidade de lideranças formais. Essa descrença em lideranças não deixa de despontar líderes, no entanto, o que faz com que algumas pessoas que se destaquem em função de comporem uma plataforma de mídia ou de terem uma presença política abundante e acabam por ser identificados como líderes do movimento não por terem sido democraticamente escolhidos ou porque se auto-intitularam, mas porque a imprensa massiva não compreende esse formato e precisa apontar para alguém como responsável. Na prática, os líderes estão por todos os lados nesses movimentos só não necessariamente em posições de destaque. Cada ator tem uma responsabilidade. O papel básico de uma rede de contrapoder é reinventar a instituição e a distribuição de poder, logo é passível imaginar uma sociedade com múltiplas lideranças, em que se aplica algum tipo de democracia participativa, que é o que as ocupações simulam. Espaços onde todos vivem em condições iguais e todas as decisões são tomadas em comitês e assembleias nas quais os inscritos tem a oportunidade de se manifestar e quando se articulam as comissões que se responsabilizam pela infraestrutura da ocupação ou dos manifestos.

“Esses movimentos são raramente pragmáticos” (Castells, 2013, p.169), afirma o autor, referindo-se a falta de objetividade quanto às suas demandas. Em função de serem movimentos plurais, de massa, de rede e em geral, viabilizado por jovens universitários ou recém formados, eles tem muito mais clareza em relação aos problemas que querem reportar e nas situações com as quais estão insatisfeitos do que com o tipo de solução que se deve elaborar para não só resolver esse problema mas prevenir que ele venha a acontecer novamente. Sendo assim, mesmo quando o movimento tem um propósito específico e claro, como a retirada de determinado político do poder ou a derrubada de um regime, raramente ele se atém só a isso e as divergências de opiniões sobre qual é a melhor solução a partir da chegada ao objetivo faz com que ele novamente se torne menos unísono. Para o autor, esses manifestos combinam a o clamor por mudanças sociais e culturais com um impacto político marcante, ou seja, buscam modificar os valores da sociedade e movimentar a opinião pública gerando consequências eleitorais. Embora nem todos os movimentos sociais tenham caráter

político, esses movimentos de rede *são* por natureza, ele explica: "[são] políticos num sentido fundamental. Particularmente, quando propõem e praticam a democracia deliberativa direta, baseada na democracia em rede. Projetam uma nova utopia de democracia em rede baseada em comunidades locais e virtuais em interação." (Castells, 2013, p. 169)

Segundo o espanhol, nem a internet nem qualquer outra tecnologia podem ser fonte de causação social, o que em outras palavras denota que o meio não é o gerador da indignação, nem da esperança, nem das mensagens que nele veiculam. Ao mesmo tempo, compreende-se que a Internet não é só um instrumento para a ação coletiva, mas um espaço de oportunidades para inovar, embora nem sempre aproveitado. Logo, Castells vê a web como proporcionadora de espaços nos quais práticas descentralizadas, deliberativas e de debate sobrevivem, ele observa: "o papel da internet ultrapassa a instrumentalidade: ela cria as condições para uma forma de prática comum que permite a um movimento sem liderança deliberar, coordenar e expandir-se." (Castells, 2013, p.171) Todo movimento que se expande atrai multidões e onde há multidões, principalmente ocupando espaços públicos, haverá coibição por parte das instituições responsáveis por regimentar as regras do governo vigente. A repressão com diferentes níveis de violência por parte do Estado é uma experiência recorrente em todo processo de ação coletiva. O tipo de repressão e como ela vai ser aplicada depende dos contextos sociais, políticos e econômicos de cada localidade, bem como do tamanho do desafio imposto pelo movimento e das instituições responsáveis por manter a ordem. A questão da violência sempre gera infindáveis debates acerca de como deve-se posicionar um movimento pós agressão, se ele pode ser agressivo de volta, que tipo de violência tem justificativa, se existe espaço para ações diretas contra inimigos da população, etc. Portanto, o autor não se restringe na continuidade desse debate, mas destaca que para que o movimento se popularize e represente o maior número de pessoas possível uma abordagem pacífica em relação à violência do estado parece a mais favorável, afinal tanto a violência sofrida quanto a desempenhada pelos atores do movimento vão ser retratadas pela mídia e interpretadas pela opinião pública e pela classe política que vai formar juízos a respeito do mesmo. Sendo assim, como lidar com a opressão não é só uma estratégia tática, mas algo que acaba definindo a vida ou morte dos movimentos em rede.

3.3.3 Conclusões e previsões

Como já destacado, por ser um fenômeno caracterizado pela falta de uma única liderança, e, portanto, vários porta-vozes e narrativas diferentes sobre um mesmo fato, as redes sociais digitais, além de redes de sociabilidade, se tornaram também redes de compartilhamento de indignação, esperança e luta. O autor reitera a importância do YouTube e de como ele associado a outras redes como Facebook e Twitter oferecem maneiras de compartilhar essas narrativas em múltiplos formatos com milhares de pessoas ao mesmo tempo. Observa assim essa realidade em rede na qual não existe mais virtual ou qualquer tipo de segregação entre online e off-line, a luta da rede é a luta da rua a vice versa, o problema é que nenhuma delas sabe onde quer chegar. Essa multiplicidade de narrativas e lideranças complexifica o movimento, o torna mais democrático, mas quase impraticável, o que evidencia algumas outras de suas inconsistências. O autor aponta para a relevância dos movimentos e conclui que aqueles que trouxeram mais mudanças para suas comunidades foram aqueles que estavam em complacência com a agenda política de quem estiver no poder ou estiver interessado em adquiri-lo: "em outras palavras, a influência dos movimentos sociais sobre a política e os programas de governo depende amplamente de sua contribuição potencial para as agendas preestabelecidas dos atores políticos.²⁷" (Castells, 2013, p.176) Então, embora seja uma rede de contrapoder ela ainda está imbricada nas relações hegemônicas de poder que se impõe. Ele conclui seu raciocínio afirmando que reformas políticas só são possíveis através de uma mudança cultural na mente dos cidadãos e que esse seria o papel desse movimentos, conscientizar as massas. Por isso o legado de um movimento social baseia-se na mudança cultural que ele promoveu com suas ações e não necessariamente no sucesso ou insucesso na obtenção de resultados em relação às demandas.

Nota-se durante toda construção do raciocínio o quanto ele não oferece um fechamento e prefere evidenciar mais do mesmo. A obra, que por ser inconclusiva poderia levantar questões, como fazem Saco e Wilhelm, termina com um resumo conceitual articulado que não introduz ideias novas. O autor narra como se deram esses protestos em algumas partes do mundo no século XXI e quais foram as mudanças culturais promovidas por eles, no entanto ele se mantém mais na análise do movimentos mesmo do que dos impactos culturais percebidos. Mesmo tendo feito estudos de caso, só o caso Occupy Wall Street tem pesquisa de

²⁷ Nesse caso, o autor contextualiza em parágrafos anteriores e subsequentes que os atores políticos aos quais se refere são representantes de estado, governantes, membros de partido, enfim, aqueles eleitos ou por alguém determinados para representar a população.

opinião pública e foi realizada durante os manifestos. Mesmo no capítulo especial sobre o Brasil, ao remontar os manifestos de 2013 e os revalidar, por serem reproduções de práticas em outros países, etc, estranha-se que não tenha um segmento na obra dedicado justamente a isso, a revisão dos valores culturais que foram revisitados e qual foi o real legado deixado por ele. Castells não faz o exercício do retorno e então falta em pensamento crítico e sobra em utopia quando avalia quase todos esses eventos como vitoriosos para a população.

4 ELEMENTOS PARA ANÁLISE

A Internet pode servir como uma nova esfera pública, como o novo espaço do discurso democrático? Esta questão enquadra grande parte da pesquisa contemporânea sobre as perspectivas da democracia eletronicamente mediada. Anthony Wilhelm, Diana Saco e Manuel Castells apresentam, apesar de seus pontos de vista diferentes, e posicionamentos críticos díspares, muitas características em comum em seus diagnósticos do fenômeno da ação política online. Para além disso, ainda apresentam elementos do pensamento *arendtiano* intrínsecos em seus raciocínios que ainda não foram evidenciados, mas que compõem também os deveres desse capítulo. Revisitando os conceitos trabalhados pelos autores, haverá empenho em comparar suas concepções de cada elemento da ação política mediada por computador, em busca de avaliar o quanto acrescentam ou não para a pesquisa contemporânea no que tange esse tema, desde a ótica de Arendt.

Neste capítulo procura-se, a partir das ideias e teses dos autores contemporâneos apresentadas no capítulo anterior, e considerando a filosofia de Hannah Arendt, analisar suas preposições. Deseja-se amparar: seu posicionamento crítico, salientando as semelhanças e diferenças entre as ideias desses autores. Saber em que porção de suas ideias pode-se identificar a reflexão *arendtiana* e como se percebe as ideias da filósofa. Fundamentando-se nessa análise, será possível assim desenvolver juízos e hipóteses a respeito do pensamento desses interlocutores da democracia na era digital para então concluir essa pesquisa.

4.1 Wilhelm, Saco e Castells: semelhanças e diferenças

Ao dar-se início a essa análise, leva-se em conta que ela trará um volume denso de citações dos autores, a fim de sempre expor ou exemplificar em que porção, na tese do autor, ele ou ela afirma determinadas instâncias. O primeiro ponto de acesso escolhido para análise foi o das semelhanças e diferenças entre os autores. Através desses pontos de análise, conseguimos estabelecer linhas de contato entre o pensamento dos teóricos.

(A) O primeiro ponto de análise unânime e diz respeito à *influência do meio* na atividade humana. Porém, cada um deles encara essa perspectiva de maneira diferente, pois interpreta as consequências das ações e discursos mediados baseado em sua visão crítica da influência da tecnologia na prática humana da política. Dessa forma, baseado em seus juízos,

Saco imputa que explora a cultura da internet focando em como diferentes práticas on-line ajudaram finalmente a produzir o ciberespaço como um espaço social, que reúne fenômenos incomensuráveis e implicações heterotópicas para espaços convencionalmente físicos ao seu redor (Saco, 2002). Já Wilhelm sugere que as novas tecnologias são mais do que apenas técnicas mais eficientes ou meios para executar uma determinada função ou tarefa. Em vez disso, estão realizando profundas transformações na esfera pública, mudanças que alteram as dimensões do espaço público, bem como a própria estrutura da república (Wilhelm, 2000). Já Castells é mais enfático e destaca que a contínua transformação da tecnologia da comunicação na era digital amplia o alcance dos meios de comunicação para todos os domínios da vida social, numa rede que é simultaneamente global e local, genérica e personalizada, num padrão em constante mudança. Portanto, cada mente humana individual constrói seu próprio significado interpretando em seus próprios termos as informações comunicadas, mas esse processamento mental é condicionado pelo meio que ele chama de ambiente da comunicação. Portanto, a mudança de ambiente comunicacional afeta diretamente como construímos significado e, conseqüentemente, nossas relações de poder. Ele completa destacando que não são deterministas, mas que as redes de internet não são apenas ferramentas, mas formas organizacionais, expressões culturais e plataformas específicas para autonomia política. (Castells, 2013). Observa-se que embora cada um deles tenha uma forma distinta de expressar como o meio afeta a ação e a estrutura social, bem como a esfera pública, essa noção é fundamental em todas as suas teses e baseia suas ideias, inclusive o que vai ser analisado a seguir.

(B) O próximo elemento identificado foi o da *interatividade*. Interatividade aqui vai ser tratada no sentido de suposta característica do ciberespaço que oferece, em função da eliminação de fronteiras geográficas, maior interação com maior quantidade de usuários. Nesse sentido, Castells começa já com seu aporte idealista e afirma que o ser político com web é diferente do ser político sem web porque quanto mais interativa e autoconfigurável for a comunicação, menos hierárquica será a organização e mais participativo será o movimento (Castells, 2013). Já Wilhelm, fundamentado em suas análises de conteúdo, revela ter encontrado fóruns políticos que eram funcionais e tinham diversidade em termos de número de questões para as quais voltava sua atenção, mas que de acordo com seus resultados, raramente presenciavam trocas interativas (Whilhelm, 2000). Ou seja, embora o autor não negue que essa característica esteja ligada à internet, ele destaca que nem sempre as relações que ela oferece são de fato, interativas, oferecendo um contraponto para os posicionamentos

até agora bastante positivos por parte de todos os autores. Saco finaliza destacando que o que importa é se o espaço uma esfera pública hoje pode ser repensado de maneiras que incluam, mais uma vez, como que esconderijos, zonas sem perigo, onde as pessoas podem se envolver no debate público. Quando se acrescenta a isso, a noção de que esse engajamento, idealmente, depende de uma espécie de desencarnação, mudar a maneira como se encontra com seus pares e ter a sala, o trabalho ou o quarto como novo local de debate público mediado por computador, não apenas faz sentido, ele realmente se aproxima do ideal utópico da auto-abstração literal (Saco, 2002).

(C) O tópico seguinte é *independência do usuário*. Nesse caso, independência como, assim como interatividade, uma característica comumente atribuídos a internet, mas que aqui será contestada por dois dos autores trabalhados. Wilhelm inicia criticando a independência como um todo, não só como a sensação individual de poder acessar conteúdos com menos controle sobre que tipo de programação ou informação se tem acesso, mas sim que a internet não está independente dos oligopólios econômicos que nos cercam e que se afastar deles é irrealista. Ele completa: “restaurar a esfera pública para um estado de independência tanto do governo do dia quanto dos interesses privados é irrealista à luz do domínio dos poderes corporativos nos meios de comunicação”²⁸ (Wilhelm, 2000, p.146). Saco corresponde á crítica e expõem que a noção liberal do participante ideal de uma debate público orientado é um ser livre e independente, características essas que ela chama de míticas e aponta como um idealismo problemático. Principalmente para aqueles que não se iludem por essas noções e que estão, de fato interessados em contestar condições de existência politizando as questões da falta de independência e liberdade, fazendo desses relevantes e tópicos de discussão (Saco, 2002). Castells segue para ir em uma direção completamente oposta e enaltecer as tecnologias da informação e comunicação como curadoras de abismos políticos. Segundo o autor, a difusão e o uso TICs indepentizam o cidadão porque favorecem a democratização, fortalecem a democracia e aumentam tanto o envolvimento cívico quanto a autonomia da sociedade civil, abrindo caminho para a democratização do Estado presente e também oferecendo desafios a ditadura (Castells, 2013). Como se observa, Castells continua bastante otimista em relação ao papel da internet na vida pública do homem e esse posicionamento utopista não muda ao longo da obra. No próximo ponto de análise não é diferente.

²⁸ "To restore the public sphere to a state of independence from both the government of the day and private interests is unrealistic in light of the dominance of corporate powers over media outlets" (Tradução livre da autora)

(D) A questão do *acesso* precisa ser analisada pouco mais de cuidado em função de tanto Wilhelm quanto Saco terem construído uma porção significativa de sua obra ao seu redor que seria difícil resumir em um parágrafo. Sendo assim, começamos por Castells e seu olhar esperançoso. Ele pouco trata, embora faça um estudo longo de países cujo isolamento digital é presente, da questão da disparidade de acesso entre diferentes camadas da sociedade. Ele destaca, porém, que a maioria dos movimentos sociais a respeito dos quais estuda compõe redes multimodais de comunicação e somam as redes pré-estabelecidas dos cidadãos, aquelas adquiridas através da internet para disseminar a ação política para as comunidades excluídas. Ele também enfatiza que a densa maioria da participação nos movimentos que diagnostica é de jovens instruídos com acesso a plataformas digitais que se encontram sem oportunidades empregatícias e que, em geral, não tem histórico ou presença política. Já Diana Saco, que trata das desigualdades de acesso durante seu trabalho, mas foca nele na conclusão, aponta que em formas diretas e participativas de democracia, existem paredes imaginárias que são vistas como a barreira que separa o privilégio da privação. O impulso de sua filosofia, portanto, seria derrubar essas paredes de exclusão para construir espaços políticos abertos (como a rua, a ágora, a esfera pública) a que todos os cidadãos podem ter acesso. Ela conclui, no entanto, que o poder incorporado da ação coletiva é melhor entendido como efeito da exclusão e da falta de poder. É um esforço para politizar um problema e torná-lo visível (ao levá-lo às ruas), quando os termos do debate são muito limitados e os espaços de acesso ao debate para todos muito estreitos, exceto a poucos privilegiados (Saco, 2002). Sendo assim, embora Saco busque uma avaliação confiante, ela precisa encarar a realidade e centrar seu argumento na dada desigualdade de acesso que diagnosticou em 2002 e que segue vigente até hoje, embora em diferentes proporções. Wilhelm segue para completar esse tópico dedicando um quarto de sua obra ao debate da acessibilidade. Primeiramente ele afirma que o acesso universal aos canais de informação vitais tem dupla finalidade, primeiro ser um manifesto da identidade e depois restaurar a confiança em um processo de decisão democrático e prossegue dizendo que a acessibilidade universal aos fóruns também é necessária para fornecer uma diversidade de pontos de vista e garantir que as vozes do subalterno sejam reconhecidas. No entanto, ele reconhece a dessemelhança econômica e intelectual da população de acordo com suas divisões sociais, portanto ele dissolve a sociedade entre dois grupos, “*haves*” e “*have-nos*”, ou seja, os que têm e os que não têm e embora insatisfeito com tal categorização, a defende dizendo que fica claro a partir dessas análises de políticas e trabalhos acadêmicos que o significante “*have-not*” é apropriado para representar uma subclasse monolítica e estática de

informações que deve levar em consideração sua heterogeneidade que pode ser tão variado quanto os "haves". Este termo serve principalmente como um espaço reservado em situações em que um não tenha acesso a uma plataforma de serviços de informação essencialmente a tecnologias mais recente (um telefone, uma linha de assinante digital ou o fornecimento de internet). Ele destaca como o avanço tecnológico é acontece em um ritmo difícil de acompanhar para aqueles menos familiares com o meio e que tem pouco contato com ele (Wilhelm, 2000).

(E) O último aspecto de análise é *encasulamento*, ou o fenômeno que pode ser chamado de *individualização* ou *isolamento*. Esse ponto foi selecionado em função de aparecer também na obra dos três autores de maneira expressiva, e de apresentar algumas conclusões surpreendentes. Mais uma vez, cada autor contextualiza essa questão em uma situação diferente, Saco mais específica e Castells mais genérico, mas não deixam de estar abordando a mesma temática. Saco indica que em função de uma política atual pautada pela ausência de representação e que é socialmente irresponsável, além de ser dominada por lobismo de interesses de grandes corporações, as pessoas estão se afastando dessa prática. Mesmo aquelas engajadas em ambientes cibernéticos estão se vendo deixando a "economia de controle remoto" acontecer e pouco se envolvem. O que impacta em uma vasta maioria de indivíduos excluídos da tomada de decisão básica que afeta suas vidas. Que é resultado do isolamento estrutural que as pessoas estão sofrendo nessa democracia sem públicos onde não há efetiva participação política ou econômica do cidadão (Saco, 2002) . Wilhelm especifica mais a noção de isolamento e trata do ciberespaço político e que tipo de práticas isoladoras dentro dele ele percebeu. Ele caracteriza o ciberespaço como um lugar-evento em que anonimato, isolamento e assincronismo se tornam marcos familiares da esfera pública. Isso, em sua opinião, não gera interatividade e sim o que ele chama de "*push-button democracy*" fenômeno no qual pessoas que se propõe a se engajar em debates políticos acabam usando de ataques pessoais e violência verbal para agredir outro participante. Isso se deve, em parte, segundo o autor, a individualização do sujeito que acessa a web. Em função de não estar de fato em grupo então não estar sendo em tempo real, o agente se sente mais seguro para performar ações mais intrigantes. Ele explica: isso se deve ao fato de que os usuários tiveram tempo para compor suas mensagens em relativo isolamento e anonimato. Ao contrário da comunicação cara-a-cara, em que muitas vezes é necessário responder com rapidez a outros entrevistados, por exemplo, em uma discussão na prefeitura, os participantes em fóruns online não estão sobrecarregados de responder imediatamente a outros cidadãos. Assim, são

oferecidos o tempo e o anonimato para elaborar mensagens políticas que possam refletir o julgamento considerado. Castells em seguida, apresenta o contraponto: ele defende que em vez de espaço de individualismo ou individualização, a rede é espaço de autonomia. Nas palavras do autor:

Individuação é a tendência cultural que enfatiza os projetos indivíduo como supremo princípio orientador de seu comportamento. Individuação não é individualismo. pois o projeto do indivíduo pode ser adaptado à ação coletiva e a ideais comuns, como preservar o meio ambiente ou criar uma comunidade, enquanto o individualismo faz do bem-estar do indivíduo o principal objetivo de seu projeto particular. O conceito de autonomia é mais amplo, já que pode se referir a atores individuais ou coletivos. Autonomia refere-se à capacidade de um ator social tornar-se sujeito ao definir sua ação em toma de projetos elaborados independentemente das instituições da sociedade, segundo seus próprios valores e interesses. (Castells, 2013, p.172)

Castells crê o espaço que chama de espaço da autonomia, que compõe um híbrido do ciberespaço com o mundo vivido. Nesse seu cenário, as experiências decorrentes das atividades “dentro” ou “fora” da rede seriam somadas e gerariam mais interação plural e generalizada. Ele entende esse espaço como ideal para formação do ator político.

4.2 O ponto de vista crítico de cada autor

Aqui, buscaremos esclarecer quais elementos do pensamento dos autores representam suas visões, considerando Castells como utopista, Saco como analítica e Wilhelm como pessimista.

(A) Começaremos com Castells, que se mostra desde o começo de sua abordagem um idealista da prática política na era digital. Embora ele consiga, em uma cauda de sua conclusão elaborar uma crítica simplória ao meio, dizendo que a internet não é fonte de causação social e que não é determinista embora supere a função de ferramenta, nem em seus raciocínios mais desafiadores ele propõe questionamentos a prática mediada. Embora ele diga que a reforma política só será possível se a sociedade passar por uma mudança cultural na mente dos cidadãos, que pode ser incitada por movimentos sociais, ele acha que a difusão tecnológica em si já representa mudanças culturais e se vê otimista em sua análise dos movimentos sociais que analisa, embora poucos apresentem resultados que se aproximem de uma reforma política per se ou sequer de uma redemocratização. Segundo ele, há uma conexão muito mais profunda entre movimentos sociais e reforma política que poderia desencadear a mudança social: ela ocorre na mente das pessoas. O verdadeiro objetivo desses

movimentos e aumentar a consciência dos cidadãos em geral, qualificá-los pela participação nos próprios movimentos e num amplo processo de deliberação sobre suas vidas e seu país, e confiar em sua capacidade de tomar suas próprias decisões em relação à classe política. Seus exemplos, no entanto, não sustentam esse argumento e sequer são levantados e lembrados no momento da conclusão. Ele diz que em última análise, o legado de um movimento social consiste na mudança cultural que produziu com sua ação, mas em contrapartida reconhece que embora não seja seu objetivo ou sua pretensão, a relevância de um movimento está diretamente correlata ao quanto ela se encaixa nas agendas políticas já pré-estabelecidas por representantes do Estado. Isso significa que os movimentos que Castells aqui opta por ressaltar como fundamentalmente político, em muitos e arrisca-se dizer na maioria dos casos não são movimentos de política autônoma porque estão atendendo a desejos políticos de poderosos que compram (literal ou figurativamente) essas lutas em prol de sua campanha ou de adesão a uma ideologia. Portanto, o otimista Castells, por não abrir mão de seu favorecimento aos movimentos em rede, acaba exposto perante equívocos que comete na base de sua própria argumentação.

(B) Diana Saco, por sua vez, sobreleva que, quando produzido como uma comunidade virtual onde pessoas comuns podem se juntar, independente de onde estão, o ciberespaço se aproxima do ideal. E isso ocorre, em particular, porque é produzido conscientemente como um dos vários espaços sociais que habitamos, tornando-o um espaço exploratório que é permitido entrar em nossos outros espaços sociais, mesmo como nossos próprios espaços de normas, expectativas e experiências da "vida real", e que esses podem interferir nela. Este é o ciberespaço como heterotopia: como uma experiência de ordenamento espacial que nos convida a questionar, explorar, duvidar e talvez viver de forma diferente. No entanto, como um espaço liberal desincorporado para o eu livre, o ciberespaço prometeu um êxtase utópico (uma "exaltação do sem corpo") sobre a qual, em última instância, não pode entregar. Ele não consegue entregar porque o ciberespaço não é um espaço em que possamos habitar completamente. É, antes, um ponto de passagem. Isso sugere que da mesma forma que teorizamos política, devemos teorizar também como a política funciona no nosso corpo e pensar profundamente como incorporamos a política e para quais fins. Porque nem a internet nem o mundo vivido oferecem, literalmente, um espaço onde diversos corpos (físicos ou representados) podem juntar-se como público e debater e deliberar suas necessidades. Saco frisa que isso não é uma defesa de um anarquismo velado ou do poder das multidões, mas sim a condenação de instância elitista que apresenta um certo desprezo pela carne. Ela enfatiza

que deixar o corpo para trás, embora sedutor, tem seus limites. Dado isso, caracterizamos Diana como centro porque, embora ela apresente diversos aspectos da vida pública na rede e faça uma extensa análise de Arendt e da fiscalidade dos corpos, em seus momentos conclusivos ela não se posiciona de maneira extremista. Ela tem uma agenda crítica que se desenvolve ao longo do seu raciocínio e é exibida nas conclusões que tira a partir dos estudos de Arendt e Barber, mas é inconclusiva quando precisa finalizar seu próprio pensamento. Embora ela afirme sobre a incerteza em relação a necessidade da interação face a face, ela também não tem um ponto de vista clarividente sobre aquela digitalmente mediada. Diana se mantém afastada de extremos, mas também das respostas para as tantas questões levantadas ao longo de sua obra.

(C) Ao final, Wilhelm, sendo o mais pessimista dos três, começa destacando uma questão já tratada por Castells, mas reestruturada quando o autor se pergunta se os debates e discussões virtuais são capazes de modificar agendas políticas e efetuar escolhas em canais tradicionais de decisão ou se ficarão selados e se limitarão a meras simulações do que poderia ser? Ele afirma que existe uma falsa noção de que democracia no ciberespaço significa democracia no mundo, mas ele acredita que as problemáticas levantadas no ciberespaço em geral não são de importância para aqueles fora dele. Ele prossegue para novamente minar a prática dizendo que a cultura de nicho disseminada na internet fazem com que usuários formem anexos com pessoas com ideias semelhantes, o que pode ser reconfortante e satisfatório em primeira instância. No entanto, no nível da prática democrática, do engajamento cívico e da formação de capital social, os fóruns e outras plataformas de debate são muitas vezes intolerantes a pontos de vista contrários e devem no mínimo ser adaptados, oferecendo também pontos de vista opostos de outros fóruns, tudo isso realizados de boa fé, com respeito, civilidade e boa vontade. Ele compreende, porém, que isso é um ideal dificilmente atingido, dadas as circunstâncias econômicas e sociais do meio digital e como o conteúdo é consumido tal qual mercadoria. Então ele cessa seu argumento reiterando que ao serem tratados tanto quanto os alvos de anunciantes e candidatos políticos, em vez de atores públicos com responsabilidades sociais e preocupações de natureza política, os consumidores-cidadãos perderam em grande parte a distinção entre relações públicas e atividade política efetiva. Tendo isso em vista, caracterizamos Wilhelm como pessimista não porque ele não tem nenhum tipo de abordagem que possa indicar finais felizes, mas porque ele é o mais cético dos pensadores ao interpretar a natureza humana e nossas práticas, compreendendo nossas interações mediadas como suspeitas tendo em vista o intermédio de corporações na nossa

relação com esses meios, a disparidade de acesso e a falta de conhecimento de uma porção da população ao redor de suas ferramentas.

A partir dessa análise, julgamos que a capacidade melhorada para a potencial visão política através da inclusão digital e da disseminação de informação não é o mesmo que uma capacidade melhorada de ação política. Protestadores, dissidentes, opositores podem transmitir sua mensagem e aqueles simpáticos a ela podem encontrá-la. Mas há um caminho psicológico para viajar entre a percepção e a ação: os espectadores devem acreditar que têm chance de vitória antes de se organizar para agir, e a internet, através do incentivo a aglomeração, pode atuar como uma barreira à ação política. Além disso, a Internet também tem implicações sinistras para a vigilância governamental e corporativa de nossas ações e pensamentos. Embora não explicitado em citações dos autores, todos reconhecem como a as corporações ligadas ao advento tecnológico, ou seja, as que financiaram a disseminação do digital detém muito poder em suas mãos, poder esse que pode ser invocado a qualquer momento. Arendt já percebia que o advento tecnológico vinha acompanhado da comercialização e da *consumerização* da população, transformando-os em consumidores de conteúdo como *commodities* em vez de informação. Na sessão a seguir, trataremos de outros aspectos do pensamento de Arendt que pode ser observado nos autores trabalhados.

4.3 Presença de Hannah Arendt

Nesse momento, analisaremos os aspectos da teoria *arendtiana* que se apresentam de maneira significativa no pensamento dos autores trabalhados, a fim de remontar as relações entre esses autores, mas também de reiterar o leitor sobre as relações próximas de teoria que aqui se instalam.

(A) Iniciaremos por Saco, que tem Arendt como componente mais denso do seu trabalho e autora base para a grande maioria dos raciocínios que chega. Saco começa sua relação com a filósofa ao iniciar a análise da condição humana, que segue para um extenso estudo do corpo e do espaço que debate a fiscalidade desses dois espectros da vida e como eles se dão no mundo cibernético. Ambas deixam claro que o espaço de aparência não pode ser diminuído apenas ao espaço físico, embora Arendt não avance tanto quanto Saco na questão do desincorporar. Ela se atém a premissa *arendtiana* de que sua noção de público como existência de um mundo comum compartilhado pelas pessoas na presença de outros, mas para que este mundo seja verdadeiramente público em seu sentido intra - e não

meramente social, que ela considera em termos de "conformismo não natural" - as pessoas devem ser reunidas para falar e agir em sua própria distinção e, portanto, a pluralidade de suas opiniões e perspectivas sobre as coisas e as pessoas ao seu redor. Logo o corpo vira representante da identidade de um indivíduo, e ele frente a outros agentes representa a si mesmo independente dos outros ou junto deles. Ela prossegue afirmando que o reino político surge diretamente de agir em conjunto, o "compartilhamento de palavras e ações", em concordância com Arendt. Assim, a ação não só tem a relação mais íntima com a parte pública do mundo comum a todos nós, mas é a única atividade que o constitui. É como se o muro das polis e os limites da lei estivessem atraídos em torno de um espaço público já existente que, no entanto, sem essa proteção estabilizadora não poderia suportar, não poderia sobreviver ao momento de ação e ao próprio discurso. O espaço físico da polis importa, portanto, principalmente na medida em que ajuda a sustentar a nossa fala e atuação perante os outros. Portanto, ela conclui que os corpos são necessários para o interagir político de acordo com Arendt, só não fica claro em se esse corpo necessita de uma relação face a face ou se sua presença remota representada por um perfil online pode lhe substituir. Embora Diana afirme que o corpo é um fator de pouca influência no momento da análise da política de Hannah Arendt, ela não é capaz de responder essa pergunta.

(B) A maior referência de Castells a Arendt é em sua concepção de narrativa. O autor destaca ao longo de seus exemplos como os atores políticos mais eficientes são aqueles capazes de narrar sua própria jornada e engajar o público a participar com ele e assim agir também. Ele não é só um ator político, mas também um comunicador de sua própria história. Isso vai direto em concordância com a autora que afirma que a principal característica da vida humana, cujo aparecimento e desaparecimento constituem eventos mundanos, é que ela é plena de eventos que no fim podem ser narrados como uma história e estabelecer uma biografia; essa vida dizia ser "de certa forma uma espécie de *práxis*". Pois a ação e o discurso, que, como vimos, estava intimamente interligados na compreensão grega da política, são realmente duas atividades cujo resultado final será sempre uma história suficientemente coerente para ser narrada, por mais acidentais ou fortuitos que possam parecer os eventos singulares e suas causas. (Arendt, 2015) No caso da análise *castellica*, ele trata de uma narrativa intermediária que conta com o poder das imagens, assim como das emoções criativas provocadas que ao mesmo tempo são mobilizadoras e tranquilizante para produzirem um ambiente virtual de arte e significado no qual os ativistas do movimento podiam confiar suas histórias para ser conectar com a população jovem geral, transformando assim a cultura

em instrumento de mudança política. Segundo ele, e se é o primeiro tipo de movimento que conta todo dia sua própria história, com suas múltiplas vozes, de um modo que transcende o tempo e o espaço, projetando-se na história e alcançando as vozes e visões globais do nosso mundo. Sendo assim, esses movimentos sociais políticos envolvem atores, ações e discursos políticos - ações e discursos políticos são feitos por e sobre pessoas, logo contam histórias - histórias essas que são de vida e compõe narrativas coerentes para se tornarem histórias de luta.

(C) Para finalizar, Wilhelm, que se apoia em Arendt para apresentá-la como autora de ponto de vista também pessimista para suportar os argumentos de seu trabalho. Sua maior relação com a autora se dá na noção de apagamento da política que ela tem no advento da modernidade com o acerto do totalitarismo. Wilhelm acredita que estamos vivendo remanescentes desse momento em função de um desinteresse generalizado pelas questões públicas, consequentes da democracia na era digital. Segundo ele Arendt foi tão perturbada pelo apagamento da política no século vinte que comparou o enfraquecimento das relações políticas nas democracias da massa ocidental com a aniquilação dos espaços públicos que ocorrem simultaneamente nos regimes totalitários, embora não estivessem presente em todos os lugares. Ela destaca que a surgimento do social provocou o declínio simultâneo do público, bem como do domínio privado. Mas o eclipse de um mundo público comum, tão crucial para a formação do homem de massa solitário e tão perigoso para a formação da mentalidade sem mundos dos movimentos de massa ideológicos modernos, começou com a perda muito mais tangível de uma participação privada no mundo. Logo, essa dissociação de público e privado e o deslocamento para o social, somado a perspectiva da autora de perda do interesse político é interessante para Wilhelm sustentar o começo de sua discussão e depois avançar em suas críticas a Benjamin Barber, que se embasa no pensamento da filósofa para defender uma possível volta a Atenas e a necessidade da interação face a face, que o autor não necessariamente defende, mas também não elimina.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho pretendia fazer uma análise do pensamento contemporâneo tal qual Astra Taylor propôs em sua obra “The people’s platform”. Ele se assemelha ao trabalho da autora em estrutura e conteúdo, mas difere nas fontes de pesquisa. Embora Taylor tenha realizado um estudo extensivo do meio digital e das práticas da política online em diversos modos, seu embasamento teórico é mais baseado em entrevistas a especialistas, com quem ela conversa de forma aprofundada para defender seus pontos de vista, do que de acadêmicos ou filósofos de fato. Essas pessoas são reconhecidas e tem trabalhos publicados, mas sua investigação não se aprofunda no aspecto filosófico do tema. Aqui, no entanto, mesmo tendo a intenção de realizar uma indagação sobre a questão do pensamento da ação política na era digital, tal qual Taylor, houve outro movimento. A pesquisa tomou como referência a filosofia de Hannah Arendt.

A política, como Arendt explicou, tem em sua natureza questões que não tem solução e para as quais se devem achar alternativas através da palavra e do discurso, mas não só isso, de escolher as palavras certas no momento certo para persuadir o outro. Toda essa ideia pode ser complexificada de diversas formas, porque Arendt ensinou também a questionar nossas concepções e perceber em que altura em uma abstração há espaço para se aprofundar no conteúdo e explorar novos horizontes. Selo afirmando que não só indispensável para todo nosso entendimento de política e de política no ciberespaço foi o pensamento *arendtiano* como, por ser a primeira autora selecionada para o trabalho em função de oferecer seu ponto de vista como alicerce para os próximos, cumpriu seus deveres como embasamento teórico profundo e histórico para a construção dessa análise. Sua contribuição para o trabalho dos autores selecionados não é discreta e também será enaltecida a seguir.

Saco será a primeira autora avaliada. Essa autora se assemelha muito a Hannah Arendt na edificação de suas ideias, bem como na natureza inconclusiva de seus argumentos. Arendt, embora inconclusiva, ajuíza as atividades que estuda e oferece iluminações para que o leitor continue refletindo acerca do assunto. Saco, na pretensão de reproduzir o modo da filósofa, falha em deixar gosto no paladar do observador em virtude de sua neutralidade excessiva perante não só o fenômeno mas a própria maneira como o observa. Ela faz um levantamento filosófico interessante para embasar uma discussão de fiscalidade e corporeidade cujo resultado ela mesma afirma que não é capaz de concluir. E sobre as outras particularidades da

Castells encerra todo seu argumento em cima do aparato da mudança cultural deixada para trás no movimento, mas não as expõe. Não só isso, como a realidade, na maioria dos casos, o contradiz. Uma abordagem mais crítica, embora não possa precisamente prever o futuro, pode apontar hipóteses embasadas em conhecimento prévio e aprofundamento na exploração de autores com pontos de vista distintos que se desafiam, oferecer pontos de análise e interpretação diferentes, gerando mais debate entre autor e interlocutor. Pensamento crítico exercita ideias e não sentimo-nos particularmente apurados depois de todo tempo dedicado não só a conhecer seu histórico e suas ideias pilares, mas também analisar profundamente sua obra recente. Castells, aquele que emana sobre os impactos culturais que teve o movimento Occupy Wall Street e como transformou os valores da comunidade política americana, quando os norte-americanos elegeram um presidente com histórico de racismo, abuso e xenofobia. Consuma-se que, não é um autor que estaria entre nossas recomendações para o estudo da ação política na web atualmente, em decorrência de sua pouca intenção de diagnóstico do fenômeno como um todo, inclusive em suas possíveis implicações futuras e da sobra de previsibilidade em seus argumentos, dado que ele não desafia suas concepções ou questiona se não podem ser vistas de outra forma. É uma obra que julgamos de baixa relevância na vasta produção do autor e uma da qual ele provavelmente vai ter de se resgatar para ser considerado como um pensador contemporâneo indispensável.

Dentre todos os autores trabalhados, Wilhelm foi o que ofereceu mais reflexões prolongadas e interjeições a respeito do agir online. Enquanto Saco muito debate a fiscalidade dos espaços e corpos e Castells gasta parte de seu tempo expondo eventos sem revisitá-los e outra parte formulando princípios objetivos de fácil absorção a respeito de como esses movimentos funcionaram e como ele entende que os próximos se darão. Nenhum dos dois se ocupa especificamente do debate da ação política virtualizada como um todo como faz Wilhelm. Ele interpela a política na era digital em quatro categorias, que sim, esquematizam a compreensão, mas as explica profundamente e as analisa de um jeito indagativo. Ele, mais que todos os outros, oferece embasamento equilibrado entre filósofos clássicos e teóricos modernos (e pós-modernos), mas os aborda na angústia do parecer, acrescentando abstrações às ideias que refere. Entre os autores referenciados, está, por óbvio, Hannah Arendt. Sua proposta de análise da autora, embora breve, oferece um vislumbre suspeito sob sua filosofia. Ele trata dela junto de Barber, autor reconhecidamente distópico que não crê em nada além da comunicação face a face para se fazer política. Logo, ele a coloca em posição onde seus ideias também são capazes de sustentar essa perspectiva, trazendo uma forma nova de enxergar a

autora que antes desse estudo não se parecia notória. Para agrupar Arendt com Barber, Wilhelm cita porções de texto da autora, dos quais já utilizamos para justificar um posicionamento altamente diferente, denotando a ambiguidade de determinadas afirmativas e a inconclusividade de muitas noções *arendtianas*. Essas passagens, a partir das justificativas do autor, fazem sentido no conjunto do texto, e sustentam as derivações de Barber às quais Wilhelm compõe uma julgamento fatal. É por causa da maneira como ele avalia Barber, afirmando que suas ideias eram ultrapassadas tendo em vista a revolução tecnológica do nosso tempo, que não o tratamos como distópico e sim como pessimista. Não consideramos necessariamente pessimistas os diagnósticos do pensador porque eles correspondem com a lógica da realidade na qual vivemos. Otimismo caracteriza disposição para ver as coisas pelo lado bom e esperar sempre uma solução favorável, mesmo nas situações mais difíceis. Logo, mesmo a uma indicação desafiadora como a que Wilhelm sugere, não precisa lhe faltar crença na possibilidade da mudança. Wilhelm comete uma breve falha ao não reconhecer que não se pode esperar que fóruns de Internet solucionem algum tipo de problema político, ou de fórum algum. Enquanto estudioso de Arendt deveria ele apontar que é da condição do homem viver com problemas políticos e que a noção de resolução é uma concepção moderna. Conflitos políticos são da natureza da liberdade humana, eles não necessariamente necessitam de uma solução. Resolvemos apontar esse tropeço na completude do composto de ideias do autor, para introduzir a conclusão final.

Conforme aprendemos com Arendt, o discurso e a ação política são infinitas. Eles se transformam em outros discursos e ações de outros agentes que geram incontáveis reações cuja natureza é o eventual surgimento de conflitos, principalmente quando se trata dos assuntos que competem aos cidadãos. Esses conflitos não tem resolução, eles podem ser considerados ou desconsiderados e pode haver a tentativa de persuadir o outro a mudar de opinião ou comprometer em busca de uma alternativa. Isso não significa que o conflito está permanentemente solvido, tampouco garante que o mesmo tópico não gerará novos conflitos com outros agentes (ou com o mesmo). Sendo assim, não se deve depositar expectativa que a política mediada por redes informatizadas seja diferente. Ela pode, em muitos casos, enaltecer esse caráter provocador da política que em vez de colocar agentes juntos, os coloca como que um contra o outro. Trata-se de política como competição onde alguém tem que sair de "vencedor" por ter mais conhecimento ou mais background em determinado tópico, e ainda joga-se sujo e se utiliza de agressão verbal e imagética, além de ofensas pessoais, para inferiorizar quem discorde de sua opinião.

Nossas perspectivas para o futuro do estudo da ação política na web é de que continuarão diversificadas em ponto de vista. Em função da diversidade de meios oferecidos agora pelos múltiplos *gadgets* com acesso a internet, somados a imensidão de aplicativos destinados a compartilhar localização e atividade, a análise da ação política mediada deve avançar. Nossa expectativa é que também sejam multifacetados e não se limitem na mera exposição da experiência de compartilhamento e em dados crus. É importante pensar a partir da teoria e não só do fenômeno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro, Forense, 2015.
- ARENDDT, Hannah. **A dignidade da política**. Rio de Janeiro, Relume Dumarã, 2006.
- ARENDDT, Hannah. **Crises da república**. São Paulo, Editora Perspectiva, 2008.
- ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo, Perspectiva, 2009.
- ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo, Editora Schwartz, 2009.
- BARBER, Benjamin. **Strong democracy: participatory politics for a new age** - 20th anniversary edition. Los Angeles, University of California Press, 2003
- BUTLER, Judith. **Notes toward a performative theory of assembly**. Harvard College, 2015.
- CASTELLS, Manuel. **Fim do milênio**. São Paulo, Editora Paz e Terra, 2012.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo, Editora Paz e Terra, 2013.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro, Zahar, 2013.
- CASTELLS, Manuel. **Sociedade em Rede**. São Paulo, Editora Paz e Terra, 2000
- DI FELICE, Massimo (org.). **Do público para as redes: a comunicação digital e as novas formas de participação social**. São Caetano do Sul, Difusão Editora, 2008.
- GOHN, Maria da Gloria. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo, Edições Loyola, 2014.
- JASPER, James. **Protesto: uma introdução aos movimentos sociais**. Rio de Janeiro, Zahar, 2016.
- LIEVROW, Leah. **Alternative and activist new media**. Malden, Polity Press, 2011.
- MAIA, Rousiley (org.). **Mídia e deliberação**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2008.
- MARQUES, Francisco. **Ciberpolítica: conceitos e experiências**. Bahia, Editora da UFBA, 2016.
- ROZELL, Mark (ed.). **Media power, media politics**. Maryland, Rowman and Littlefield Publishers inc., 2003.
- RÜDIGER, Francisco. **Crítica da razão antimoderna**. São Paulo, Edicon, 2003.
- SACO, Diana. **Cybering democracy: public space and the internet**. Minneapolis, University of Minnesota Press, 2002.

SHANE, Peter (ed.). **Democracy online:** the prospects of political renewal through the internet. New York, Rutledge, 2004.

TAYLOR, Astra. **The people's platform:** taking back power and culture in the digital age. New York, Picador, 2015.

TAYLOR, Dylan. **Social movements and democracy in the 21st century.** Wellington, New Zeland, Pelgrave McMillan, 2017.

VAN de DONK, Wim et al. (ed.). **Cyberprotest: new media, citizens and social movement.** New York, Routledge, 2004.

VETÖ, Miklos. Coerência e terror: introdução a filosofia política de Hannah Arendt. pág 68-99 In: ROSENFELD, Denis (ed.). **Filosofia Política 5**, Porto Alegre, L&PM Editores, 1989.

WILHELM, Anthony. **Democracy in the digital age:** challenges to political life in cyberspace. London, Routledge, 2000.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria Acadêmica
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: proacad@pucrs.br
Site: www.pucrs.br/proacad